

Sara Correia Gonçalves



**Vitimação Policial – Experiências e Perceção de Militares da Guarda Nacional
Republicana**

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2023

Sara Correia Gonçalves



Vitimação Policial – Experiências e Perceção de Militares da Guarda Nacional Republicana

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2023

Sara Correia Gonçalves

**Vitimação Policial – Experiências e Perceção de Militares da Guarda Nacional
Republicana**

(Sara Correia Gonçalves

38164@ufp.edu.pt)

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Justiça: Vítimas de Violência e de Crime, sob orientação científica da Professora Doutora Laura M. Nunes.

Resumo

A presente investigação teve como objetivo geral identificar a prevalência da vitimação policial através da experiência e percepção vividas por Militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) no exercício das suas funções.

A metodologia mista contou com dados quantitativos e qualitativos, e o estudo, seguiu um desenho exploratório, descritivo, transversal e retrospectivo, numa análise baseada na observação e no autorrelato.

O método foi o inquérito com apelo à técnica do questionário, administrado a uma amostra constituída por 92 Militares da Guarda Nacional Republicana do Comando Territorial do Porto, sendo 71 do sexo masculino e 21 do feminino, com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos, sendo a média de 40.23 e apresentando um desvio padrão de 6.18.

Os resultados indicaram a existência de uma prevalência de vitimação vivida e percecionada por Militares da GNR e apontaram para algumas características mais comumente relatadas pelos inquiridos.

O enquadramento teórico desta investigação foi realizado através de uma revisão sistemática da literatura, passando-se posteriormente à realização do estudo empírico para, finalmente, se discutirem os resultados e apresentarem as conclusões e as implicações da pesquisa.

Palavras-chave: Vitimação policial; Violência contra a polícia; Profissão de risco; Forças de segurança.

Abstract

The overall aim of this investigation was to identify the prevalence of police force victimization through the experience and perception gained by the National Republican Guard officers in carrying out their duties.

The mixed methods research combines and integrates qualitative and quantitative research methods in a single research study, and the study has followed an exploratory descriptive, transversal and retrospective design, in an analysis based on observation and self-report.

The method was a survey using the questionnaire technique, delivered to a sample made up of 92 officers from the National Republican Guard of the Porto Territorial Command, 71 males and 21 females, aged between 25 and 54 years old with an average of 40.23 years old and a standard deviation of 6.18.

The findings showed the existence of a victimization prevalence, experienced and perceived by GNR officers and pointing to some of the most commonly characteristics reported by those interviewed.

The theoretical framework of this investigation was carried out through a systematic literature review, followed by the empirical study to finally discuss the results and submit the conclusions and the research implications.

Keywords: Police victimization; Violence against police officers; Risk profession; Security forces.

Dedicatória

*Aos meus Pais e Irmã,
é por mim e por vós.*

“Tenho em mim todos os sonhos do mundo”,

Fernando Pessoa

Agradecimentos

Em primeiro lugar não posso deixar de prestar o meu profundo agradecimento à Guarda Nacional Republicana - Comando Territorial do Porto pela disponibilidade e permissão para a realização desta dissertação e à Universidade Fernando Pessoa pelas oportunidades que apresenta para o desenvolvimento de um percurso académico enriquecedor.

À minha orientadora, Professora Doutora Laura M. Nunes e à Professora Doutora Ana Sani, pela sua disponibilidade e dedicação, pela compreensão em todos os momentos, pelas intermináveis horas de acompanhamento e de partilha de conhecimentos, pela contínua presença durante a minha formação académica, pelas oportunidades proporcionadas e pela confiança em mim depositada, atesto o meu sincero reconhecimento e gratidão.

Ao Tenente-Coronel Babo Nogueira e ao Major Francisco Martins pela confiança em mim depositada, pela disponibilidade, pela orientação e acompanhamento dentro da GNR.

À Primeiro Sargento Cristina Vieira, à Cabo Anabela Azevedo, ao Cabo Nuno Silva e ao Cabo Nuno Monteiro, por toda a confiança transmitida, pela disponibilidade e amabilidade que sempre tiveram comigo, por todas as aprendizagens partilhadas e por sempre acreditarem em mim.

A todos os Militares da GNR que se disponibilizaram a participar e que contribuíram para a realização desta dissertação.

Aos meus pais e irmã, por serem os primeiros a acreditarem em mim, pelos valores que sempre me transmitiram, por estarem sempre a meu lado em todas as fases da minha vida e me apoiarem incondicionalmente. Obrigada por me permitirem realizar os meus objetivos, sem vocês isto não seria possível.

Ao Diogo, que me motiva todos os dias a ser uma pessoa melhor, que encoraja os meus sonhos e vibra tanto quanto eu com as minhas conquistas, que sempre me faz acreditar em mim, por me inspirar, pela partilha de conhecimentos e por percorrer lado a lado comigo esta linda caminhada da vida.

Ao Filipe e à Raquel, que mesmo estando longe sempre se fazem sentir perto, por toda a ajuda, sabedoria e carinho que partilham comigo desde sempre, por acreditarem em mim e por me incentivarem sempre a ser o meu melhor.

Aos meus avós, por terem sido lar durante todo o meu percurso académico e por todo o apoio que sempre me proporcionaram.

À Inês, que mesmo estando distante me transmitiu o seu apoio, pela sua ajuda e partilha de conhecimentos.

À Catarina, ao Gonçalo e ao António, por estarem sempre do meu lado, pelo apoio incondicional que sempre me transmitem, por todos os conselhos e palavras de carinho, pelos abraços e desabafos, pelas gargalhadas, por me fazerem ver que tenho os melhores amigos do meu lado e pelo mais importante a vossa amizade.

À Clara, à Carolina e à Inês, pelo lindo percurso académico que me proporcionaram, pelas gargalhadas e choros, pelos abraços e desabafos, por terem sido a melhor surpresa que a faculdade me deu, por me permitirem levar-vos comigo para a vida, pela entajada e principalmente pelo vosso carinho e amizade.

E por último, a mim, por toda a resiliência mantida ao longo desta caminhada.

A todos vós,

Obrigada!

Índice

Introdução	15
Capítulo I – Vitimação Policial - A Experiência e a Prevalência em Profissionais das Forças de Segurança: Revisão Sistemática	19
1.1.Método	20
1.1.1. Estratégia de Pesquisa	20
1.1.2. Critérios de Seleção dos Estudos	20
1.1.2.1. Critérios de inclusão	21
1.1.2.2. Critérios de exclusão	21
1.1.3. Análise da Avaliação dos Artigos	22
1.2. Resultados	24
1.3. Discussão	33
Capítulo II - Vitimação Policial - Experiência e Percepção de Militares da Guarda Nacional Republicana – Contribuição Empírica	37
2.1. Método e Metodologia	38
2.1.1. Instrumento	38
2.1.2. Procedimento	39
2.1.3. Participantes	40
2.2. Resultados	41
2.2.1. Percepção de In/segurança	42
2.2.2. Vitimação	47
2.2.3. Participação Comunitária	50
2.3. Discussão	55
2.4. Conclusão	58
Referências	61

Índice de Figuras

Figura 1. Fluxograma do Processo de Revisão Sistemática.

Índice de Tabelas

Tabela 1. Avaliação da qualidade dos artigos.

Tabela 2. Características dos estudos incluídos na revisão sistemática.

Tabela 3. Distribuição por frequência quanto ao sexo.

Tabela 4. Distribuição por frequência quanto à idade por intervalos.

Tabela 5. Distribuição por frequência quanto ao estado civil.

Tabela 6. Distribuição por frequência quanto ao nível de escolaridade.

Tabela 7. Distribuição por frequência quanto à categoria profissional.

Tabela 8. Percepção de insegurança na área de trabalho.

Tabela 9. Explicações para a percepção de (in)segurança.

Tabela 10. Percepção da evolução da criminalidade.

Tabela 11. Explicações para a percepção da evolução da criminalidade.

Tabela 12. Percepção dos crimes mais frequentes.

Tabela 13. Condições percebidas como favorecedoras do crime.

Tabela 14. Percepção das incivildades mais frequentes.

Tabela 15. Vítimas/Não vítimas de crime nos últimos 5 anos.

Tabela 16. Tipologias de crimes.

Tabela 17. Danos sofridos como consequências da vitimação.

Tabela 18. Período do dia em que ocorreu o crime.

Tabela 19. Local da ocorrência do crime.

Tabela 20. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhado.

Tabela 21. Relação ofensor-vítima.

Tabela 22. Anos de serviço no local onde exerce as suas funções.

Tabela 23. Sugestões percebidas para melhoria da qualidade de vida na área que exerce funções.

Tabela 24. Sugestões percebidas para o aumento da segurança na área em que exerce funções.

Tabela 25. Disposição para acolher cooperação do cidadão, na área onde exerce funções.

Tabela 26. Fundamentos para a disposição para acolher cooperação do cidadão.

Tabela 27. Presença/Ausência de ligação do indivíduo ao local onde exerce funções.

Tabela 28. Fundamentos para a presença/ausência de ligação ao local onde exerce as suas funções.

Índice de Anexos

Anexo A. Autorização da Guarda Nacional Republicana.

Anexo B. Parecer da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa.

Anexo C. Diagnóstico Local de Segurança (DLS).

Introdução

Nas sociedades atuais, os níveis de criminalidade e os sentimentos de insegurança continuam a ser dos aspetos mais preocupantes (Saraiva et al, 2018). A missão de manter a ordem fazendo-se cumprir a lei nunca se revelou fácil e, devido às mudanças que se têm feito sentir nas últimas décadas, o desafio tem vindo a tornar-se cada vez mais exigente (Zouain et al., 2006), nomeadamente para instâncias de controlo social formal.

A violência social apresenta uma discrepância entre a sua ocorrência real e as sensações que suscita, apresentando-se como um fenómeno complexo e difícil de ser definido. As sensações de medo e de insegurança, no imaginário social, induzem confusão entre os crimes reais e as percepções subjetivas sobre os riscos de ser vítima da criminalidade (Souza & Minayo, 2005). A violência é, deste modo, gerada na sociedade e processa-se de forma a quebrar com os próprios códigos de ordens estabelecidos pela mesma, manifestando-se como uma agressão ao indivíduo e ao coletivo (Soares, 2014).

Ao longo dos anos, tem sido verificado um crescimento da violência, o que tem mobilizado discussões no meio académico e nos diferentes âmbitos da sociedade, posicionando este sério tema na prioridade da agenda pública das políticas governamentais e no âmbito das pesquisas sociais (Soares, 2014). Devido a este crescimento, as instituições de segurança pública têm demonstrado grandes cobranças e pressões, uma vez que, as exigências sociais são para que estas combatam os criminosos e diminuam os índices de criminalidade, mas, muitas destas instituições demonstram carência a nível de recursos humanos e materiais para um combate mais adequado, seguro e objetivo (Silva & Bueno, 2018).

As Forças de Segurança têm como missão a promoção de segurança pública que deriva do campo jurídico e está definida na Constituição Portuguesa de 1976. Esta constitui a garantia que o Estado oferece aos cidadãos de que todos têm direito à liberdade e à segurança, tendo as Forças de Segurança como funções garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, mantendo o respeito pelas liberdades e garantias dos mesmos (Constituição Portuguesa, 1976; Minayo & Adorno, 2013). É necessário mencionar que os Profissionais das Forças de Segurança como cidadãos e trabalhadores usufruem também do direito à integridade física e moral, tal como é

mencionado no Código do Trabalho. Ou seja, no exercício da sua missão de promoção de segurança pública, as Forças de Segurança são também protegidas pela Constituição Portuguesa que lhes assegura esses mesmos direitos na sua prática profissional (Código de Trabalho, 2009; Minayo & Adorno, 2013).

Atualmente, os Profissionais das Forças de Segurança no cumprimento da sua profissão são confrontados com situações difíceis e perigosas, deparando-se com inúmeros crimes e criminosos (Souza, 2017). Não obstante ao facto de que a maioria das interações entre estes profissionais e os cidadãos acontecem sem conflitos, por diversas vezes a situação agrava-se tomando proporções maiores e estes profissionais ficam sujeitos a confrontos violentos, estando expostos ao perigo não só durante o serviço como também nos seus períodos de folga, uma vez que atuam em situações críticas durante a sua atividade profissional (Ellrich & Baier, 2016; Marty, 2022).

Ser Profissional de Segurança Pública é uma atividade arriscada, mas não deixa dúvidas de que é essencial para garantir a segurança dos cidadãos, uma vez que as suas funções exigem a prevenção de crimes e manutenção da ordem pública (Wickramasinghe et al., 2016). Quando este profissional toma a decisão de ingressar numa instituição das Força de Segurança, já na sua formação o candidato defronta-se com certas dificuldades que futuramente terá que encarar no exercício das suas funções, precisando de estar habilitado a enfrentar diversos riscos que podem ir desde ofensas verbais simples a ameaças contra a sua integridade física (Souza, 2017). Aquele que pretenda seguir esta profissão terá de aprender a viver com as armadilhas que podem aparecer, estando sempre em estado de alerta e sendo sempre cauteloso em todas as situações. Mas na verdade, só o dia-a-dia demonstrará que na vida real os desafios são ainda maiores, constituindo-se assim que o risco retrata uma condição intrínseca desta atividade profissional exposta à violência, sendo necessário valorizar o Profissional de Segurança Pública dentro e fora das Instituições (Mello & Nummer, 2014; Minayo & Adorno, 2013; Minayo et al., 2007; Oliveira et al., 2014; Souza, 2017).

Para além da exposição ao risco de violência contra a sua integridade física, os Profissionais das Forças de Segurança estão expostos a problemas de saúde mental que decorrem de consequências da sua atividade profissional (Bernardino & Bernardino, 2018; Monteiro et al., 2020; Silva & Bueno, 2018). A exposição diária a situações de

perigo torna esta profissão altamente exigente e stressante, e a qualquer momento das suas vidas podem aparecer fatores de risco psicossociais. Claramente que as características da personalidade de cada um influenciam o seu desempenho no exercício das suas funções, e qualquer um destes profissionais pode estar em risco de um esgotamento físico e/ou psicológico associado à exposição a eventos traumáticos, à forma como cada um lida com o stress e ao confronto com criminosos violentos e civis irritados. (Ellrich & Baier, 2016; Monteiro et al., 2020; Raigoso-Mayorga, 2016). Procura-se assim, a diminuição dos riscos, através do combate às ameaças ou através da redução das vulnerabilidades apresentadas por estes Profissionais das Forças de Segurança (Marty, 2022).

Os riscos que estes profissionais correm nem sempre serão bem compreendidos pela sociedade, uma vez que, em nome do Estado, estes profissionais são aqueles que fazem uso legítimo da sua autoridade e da força, provocando em certas alturas um ligeiro desconforto nos cidadãos, demonstrando-se necessário em diversos momentos o uso da intimidação de forma a proteger a linha ténue que existe entre a criminalidade organizada e violenta e a sociedade (Souza, 2017).

A opinião pública negativa já se encontra intrinsecamente ligada a esta profissão, a desconfiança e a má vontade que a população possivelmente possa ter contra as Forças de Segurança, por si só representam riscos adicionais para estes profissionais, dado que estes demonstram um eminente grau de sofrimento no exercício da sua profissão devido à falta de reconhecimento da sociedade. Desta forma, a negatividade refletida sobre eles pelas diversas classes sociais acaba por legitimar e naturalizar a violência que estes sofrem (Souza & Minayo, 2005).

Em consequência disto, para além de a sociedade exercer o seu dever de preservar os direitos de todos os seus cidadãos, é primordial a mesma garantir a proteção e segurança de todos os Profissionais das Forças de Segurança (Pang & Pavlou, 2019). Ora, é justamente aqui que a Psicologia como ciência social que estuda e analisa o comportamento humano pode ter um papel notável, demonstrando visibilidade nas análises que poderão levar a uma maior aproximação entre cidadãos e Profissionais das Forças de Segurança (Sani & Nunes, 2013).

A violência estudada afeta aquele que tem a missão e formação para proteger a sociedade, prejudicando-a de forma exponencial e significativa (Marty, 2022). Desta

forma, os futuros Profissionais das Forças de Segurança, durante a sua formação deverão aprender a adotar estratégias para lidar com os mais diversos desafios de forma a superá-los, uma vez que, devido à imprevisibilidade desta profissão, os mesmos não se podem basear em soluções estáticas (Souza, 2017).

A experiência de vitimação policial encontra-se diretamente ligada ao risco associado a esta profissão (Monteiro et al., 2020), define-se como um fenómeno social que recai sobre estes profissionais e conduz a traumas, lesões ou mortes ocorridas durante o trabalho de manutenção da ordem e no combate à criminalidade (Minayo et al., 2007). Devem ser dignos de uma investigação minuciosa, os incidentes que violem a integridade física ou psicológica, ou que ainda possam vitimar de forma fatal os Profissionais das Forças de Segurança, de forma a existir uma compreensão mais consistente daquilo que durante o exercício das suas funções são os aspetos que demonstram mais perigo (Marty, 2022), pelo que este fenómeno carece da atenção científica que o torne mais perceptível para melhor se traçarem medidas adequadas (Minayo et al., 2007).

Portanto, o tema revela-se pertinente e atual, sendo de extrema utilidade, já que a vitimação policial é uma realidade, nacional e internacional (e.g., Silva & Júnior, 2021; Simmler et al, 2021; Zavala, 2020), nem sempre estudada quanto seria desejável, pelo que se impõe a necessidade de investigar mais para melhor conhecer o fenómeno.

Face ao apresentado, a presente investigação divide-se em duas partes: a primeira centra-se numa revisão sistemática da literatura com vista a analisar a experiência e a prevalência de vitimação policial em Profissionais das Forças de Segurança. Uma segunda parte, é constituída por um estudo empírico, onde são apresentados os objetivos do estudo, a metodologia adotada e os resultados e conclusões retiradas.

Capítulo I – Vitimação Policial - A Experiência e a Prevalência em Profissionais das Forças de Segurança: Revisão Sistemática

A Vitimação Policial é um fenómeno cada vez mais presente nas sociedades atuais. Como tal, existe uma grande necessidade de estudos tanto a nível de prevenção como de intervenção. O objetivo desta revisão sistemática é estudar a prevalência da Vitimação Policial. Foram pesquisados estudos publicados em todos os idiomas em três bases de dados: EBSCO, *Web of Science* e *PubMed*. Dessa pesquisa resultou um total de 41 artigos, dos quais 9 foram incluídos, após processo de leitura e seleção. Além disso, mais 1 estudo foi incluído por meio de pesquisa manual. No geral, foi possível comprovar uma presença bastante significativa de vitimação policial nas Forças de Segurança, verificando-se uma associação significativa entre a agressão a polícias e as zonas mais desfavorecidas das cidades.

1.1. Método

Esta revisão sistemática incluiu estudos sobre a prevalência da vitimação em Profissionais das Forças de Segurança, sendo desenvolvida de acordo com a diretrizes do Protocolo PRISMA para este tipo de estudos (Page et al., 2021). Os estudos foram identificados por meio de uma pesquisa em várias bases de dados incluindo a EBSCO, *PubMed* e *Web of science*. Para evitar viés de publicação, essas pesquisas foram complementadas com uma pesquisa manual. Para definição das expressões de pesquisa, foi executada uma análise das palavras-chave utilizadas em artigos sobre vitimação policial, a fim de reunir o maior número de termos.

1.1.1. Estratégia de Pesquisa

A pesquisa foi realizada em três bases de dados, utilizando os respectivos termos de pesquisa indicados para cada base de dados. Para a pesquisa na base de dados da EBSCO foram TI (“police victimization” OR “assaults on police” OR “police officer victimization” OR “police deaths” OR “violence against police officers”) AND AB (police OR “safety work” OR “risk profession” OR “security forces” OR “police work”), na base de dados Pubmed foram ((“police victimization”[Title] OR “assaults on police”[Title] OR “police officer victimization”[Title] OR “police deaths”[Title] OR “violence against police officers”[Title]) AND (police[Title/Abstract] OR “safety work”[Title/Abstract] OR “risk profession”[Title/Abstract] OR “security forces”[Title/Abstract] OR “police work”[Title/Abstract])) e na base de dados da Web of science foram TI=(“police victimization” OR “assaults on police” OR “police officer victimization” OR “police deaths” OR “violence against police officers”) AND AB=(police OR “safety work” OR “risk profession” OR “security forces” OR “police work”).

1.1.2. Critérios de Seleção dos Estudos

Todos os artigos foram avaliados e selecionados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, tendo sempre em consideração o objetivo do estudo, que diz respeito à verificação da prevalência de vitimação em Profissionais das Forças de Segurança.

1.1.2.1. Critérios de inclusão

Os estudos que abordaram os seguintes critérios foram incluídos: (1) estudos empíricos; (2) violência contra a polícia; (3) vitimação policial.

1.1.2.2. Critérios de exclusão

Foram utilizados como critérios de exclusão, (1) artigos com retrospectivas sem estudos próprios; (2) artigos teóricos; (3) artigos que não estivessem na língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Fora esses critérios, mais nenhuns critérios foram aplicados, sendo que apenas estudos empíricos e teóricos foram analisados.

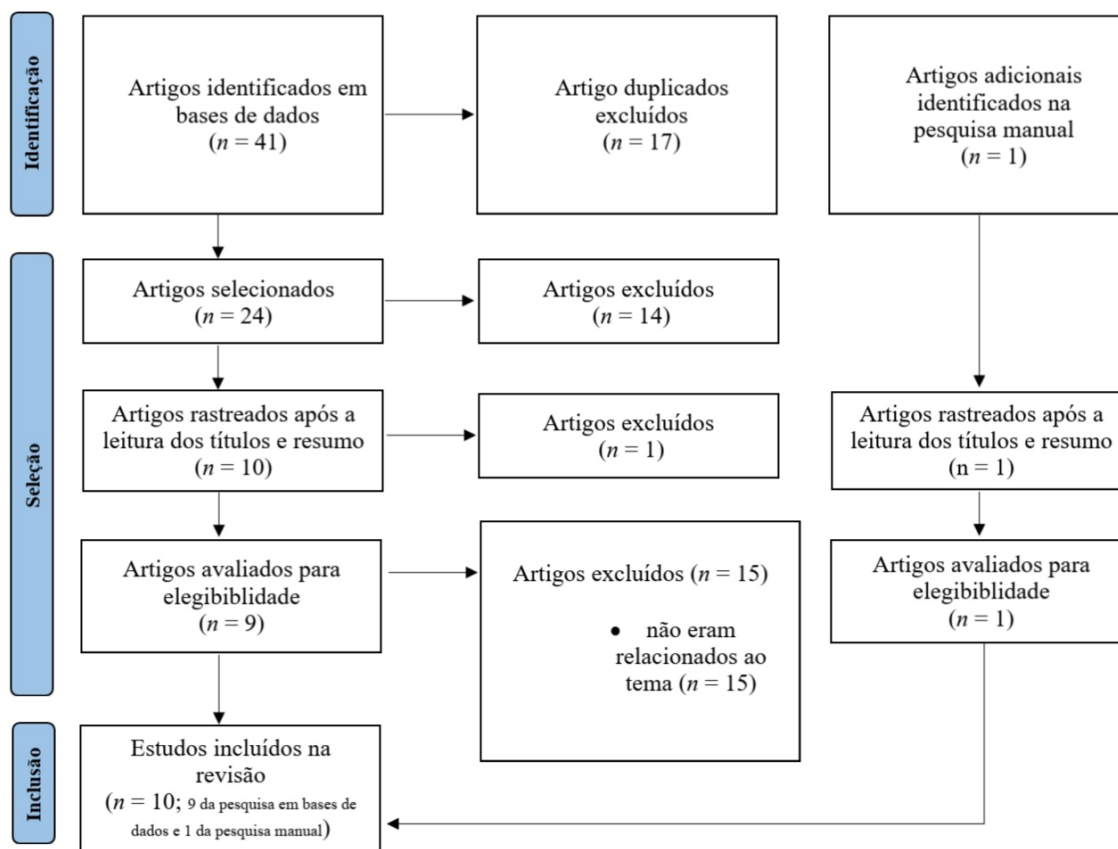


Figura 1. Fluxograma do Processo de Revisão Sistemática

A Figura 1 descreve o processo de seleção dos estudos incluídos nesta revisão. No total foram identificados 41 artigos em bases de dados, que, após o processo de triagem através da leitura do título, do resumo e do texto completo, foram incluídos 9 artigos e mais um por pesquisa manual. Não foram incluídos artigos teóricos nem

revisões da literatura, sendo que, todos os artigos que foram excluídos não se enquadravam na questão de investigação desta revisão sistemática.

1.1.3. Análise da Avaliação dos Artigos

A análise da qualidade dos artigos foi realizada através do Prisma *Checklist* 2020 (Page et al., 2020) com uma adaptação para os objetivos desta investigação, que analisou o conteúdo dos artigos por meio da avaliação da consistência e clareza do título, da síntese do resumo, do estado da arte, dos objetivos e/ou hipóteses e análise do método para pesquisas futuras. Esta *Checklist* foi então adaptada para incluir 13 itens: (1) título; (2) resumo; (3) estado da arte; (4) objetivos do estudo; (5) protocolo do estudo; (6) critérios de elegibilidade; (7) fontes de informação; (8) critérios de inclusão/exclusão; (9) recolha da informação; (10) design do estudo; (11) principais medidas; (12) síntese dos principais resultados; (13) limitações do estudo.

A tabela 1 qualifica os artigos numa escala de Likert de 0 a 2, em que 0 corresponde a “não reportado/não especificado”, 1 corresponde a “pouco claro/relatado até um certo ponto” e 2 corresponde a “adequadamente feito”. Deste modo, a pontuação 0 demonstra que o estudo carece de informações sobre o item em questão, a pontuação 1 revela que os investigadores referiram de forma breve o tema sem apresentar explicações detalhadas e a pontuação 2 constata que os investigadores debateram de forma exaustiva o tema, explicando de forma detalhada e compreensível a metodologia usada.

Tabela 1

Avaliação da qualidade dos artigos.

<i>Study ID</i>	Item 1	Item 2	Item 3	Item 4	Item 5	Item 6	Item 7	Item 8	Item 9	Item 10	Item 11	Item 12	Item 13	Total
Douglas (2020)	0	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	1	22
Dursun & Aytaç (2021)	0	2	2	1	2	1	2	2	2	2	2	2	0	20
Gibbs et al. (2017)	0	2	2	1	2	1	2	2	2	2	2	2	2	22
Kaminski et al. (2003)	1	2	2	1	2	1	2	2	2	2	2	2	1	22
Krope & Ilić (2020)	0	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	1	1	22
Krope & Lobnikar (2015)	0	2	2	1	1	1	2	2	2	2	2	1	1	19
Kyriacou et al. (2015)	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	24
Oliveira et al. (2014)	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	23
Sierra-Arévalo & Nix (2020)	0	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	1	22
Willits (2014)	0	2	2	2	1	1	2	2	2	2	2	2	2	22

Notas: 0- Não reportado/Não especificado; 1-Pouco claro/ Relatado até um certo ponto; 2- Adequadamente feito.

1.2. Resultados

Em termos gerais, foi possível apurar uma presença bastante significativa de vitimação policial nas Forças de Segurança, verificando-se uma associação relevante entre as agressões contra a polícia e zonas caracterizadas por desvantagem concentrada, ou seja, bairros densamente povoados onde existe mais violência, mais detenções, mais privação de recursos, problemas económicos e destruturação familiar. Deste modo, a probabilidade dos polícias que executam as suas funções nestas zonas serem vítimas aumenta.

Entre os estudos incluídos, cinco fazem uma análise da prevalência de vitimação policial e os tipos de violência em departamentos da polícia (Dursun & Aytaç, 2021; Kaminski et al., 2003; Krope & Ilić, 2020; Krope & Lobnikar, 2015; Oliveira et al., 2014). Dois estudos focaram a vitimação policial relacionando-a com ataques com armas de fogo fatais e não fatais (Gibbs et al., 2018; Sierra-Avrévalo & Nix, 2020). Outros dois relacionaram a vitimação policial com a forma de organização dos departamentos de polícia, sendo que, um deles relaciona também a utilização de *Body-Worn Cameras* (BWCs) (Douglas, 2020; Willits, 2014). E um dos estudos faz uma comparação da prevalência de vitimação policial entre duas cidades, Nova Iorque e Londres (Kyriacou et al., 2015). É de destacar que todos os estudos investigaram a relação entre a vitimação policial e as zonas onde esta mais prevalece.

Um dos estudos investigou as condições de trabalho e de segurança dos delegados da polícia civil com especial foco nos aspetos da violência e vitimação policial. Uma amostra de 152 delegados de polícia civil mostra que 59.9% dos participantes eram do sexo feminino, encontrando-se numa faixa etária entre 40 e 59 anos (59.8%), sendo que, a maioria executava funções de carácter administrativo (63%). Entre as condições de trabalho estudadas ressaltou a falta de equipamentos de proteção (65%) e em relação a situações de ameaça e insegurança no trabalho, 39.5% mencionaram que a sua segurança pessoal tinha sido ameaçada durante a prática da sua atividade profissional. Em relação aos últimos 12 meses, 30% dos participantes mencionaram já terem existido, pelo menos, um episódio de agressão ou ameaça cometida por chefes ou colegas de trabalho a outro colega e 28% mencionaram já terem sofrido agressões ou ameaças cometidas por cidadãos, sendo que, as agressões e ameaças vividas eram, principalmente, agressões psicológicas (38.2%). Considerando o

trabalho de delegado de polícia civil violento, 83.6% dos participantes respondeu que sim, expondo como principais razões a exposição à violência e à criminalidade (69.5%) e as condições desajustadas de trabalho (15%). Dos 152 participantes, 86.2% foram diagnosticados nos últimos 30 dias da finalização da investigação com uma ou mais doenças, tendo os de transtornos mentais comuns uma presença significativa (37.5%) nos diagnósticos apurados (Oliveira et al., 2014).

Num outro estudo, analisando 363 denúncias criminais foi concluído que os agressores a polícias tendem a ser do sexo masculino (92.9%), em 55.5% dos ataques a proporção era de um agressor para um polícia e em 61.1% dos ataques o polícia encontrava-se sozinho, sendo que, em 29.4% dos ataques estavam dois polícias no momento, ou seja, existe a probabilidade de as agressões a polícias diminuírem com um aumento do número de efetivo no momento da ocorrência. Num total de 531 polícias vítimas, 96.8% eram homens e 3.2% eram mulheres, com idades entre 21 e 50 anos. A análise demonstrou que os primeiros cinco anos de serviço de um polícia são bastante vulneráveis para a ocorrência de vitimação policial e que com a existência de um aumento de agressões ao mesmo indivíduo, o grau de lesões vai diminuindo. Este estudo mostrou que, em média, um polícia pode ser agredido entre as onze horas da noite e as duas da manhã de um sábado (21.5%) e a agressão poderá ocorrer num local público, na estrada, rua ou numa praça (Krope & Lobnikar, 2015).

O estudo que envolve a comparação da vitimação policial entre as cidades de Nova Iorque e de Londres através da análise de dados oficiais dos departamentos da polícia e dos censos de ambas as cidades, mostra que no decorrer do século XX, 585 polícias em Nova Iorque e 160 em Londres perderam as suas vidas de forma intencional e não intencional enquanto realizavam a sua atividade profissional, sendo que, a grande parte das mortes de polícias de forma intencional em Nova Iorque (88%) decorreram de ferimentos de balas. Estas diferenças apresentadas podem, provavelmente, derivar de fatores culturais, socioeconômicos e ocupacionais. A investigação demonstrou que durante a última parte do século 20 existiu uma descida nas mortes de polícias na cidade Nova Iorque o que pode transparecer que algumas medidas que poderão ter sido aplicadas pelo Departamento de Polícia de Nova Iorque revelaram sucesso na redução significativa da prevalência de mortes de polícias de forma intencional e não intencional (Kyriacou et al., 2015).

Um dos estudos analisou a relação entre a estrutura organizacional da polícia e as agressões aos policiais, sendo que, modelos de regressão binomial negativa mostraram que o contexto organizacional e a complexidade organizacional são fatores significativos preditores de violência contra os policiais, ou seja, é necessário ter em conta a estrutura organizacional para bons resultados no policiamento. Em particular, estando outros fatores controlados, os departamentos de polícia que assistem comunidades mais desfavorecidas apresentam percentagens mais elevadas de agressões contra os seus policiais, enquanto aqueles departamentos que são mais diferenciados de forma funcional e espacial apresentam percentagens mais baixas de vitimação policial (Willits, 2014).

Outro estudo que incluiu 339 policiais de diferentes áreas de atuação, onde a maioria dos participantes são do sexo masculino (92.3%) numa faixa etária entre os 31 e 40 anos (71.1%) e 53.7% deles apresentam um tempo de serviço de 11 a 15 anos, mostra que no último ano, 39.2% dos policiais já foram expostos a, pelo menos, um tipo de violência no exercício da sua atividade profissional. Foi possível verificar que dos tipos de violência a que os policiais estão expostos, destaca-se a violência verbal (28.9%) seguida do assédio moral no trabalho (21.2%) e a violência física (20.9%), respetivamente. Esta análise demonstra que os níveis de depressão e ansiedade dos policiais que já foram vítimas de, pelo menos, um tipo de violência foram maiores em comparação aos policiais que não sofreram nenhum tipo de violência, sendo que, a diferença existente entre estes dois grupos de policiais expostos à violência e não expostos, também é estatisticamente significativa ($p < 0,05$). Desta forma, a violência que está associada a esta profissão é um importante fator de risco para os policiais e a sua exposição afeta também de forma negativa a sua saúde mental (Dursun & Aytaç, 2021).

O estudo que envolve a avaliação da relação entre *Body-Worn Cameras* (BWCs) e a vitimação policial demonstra uma redução de 20.3% no número de agressões esperadas contra a polícia nos departamentos que já utilizam as BWCs nas suas patrulhas, em comparação com os departamentos que ainda não as utilizam. Dos itens investigados que representam o estilo de policiamento, apenas a taxa de detenção por drogas se mostrou significativa ($p < 0,01$), sendo associada de forma positiva ao total do número de agressões, ou seja, em média, verificou-se que um aumento de 100 unidades na taxa de detenção por drogas num departamento de polícia, resultaria num aumento de

cerca de 8% de mais agressões contra os seus polícias, mantendo as restantes co variáveis constantes. Este estudo mostra também que em cada aumento de 1 unidade no número do efetivo do departamento de polícia, houve um aumento de 0.087% na contagem esperada de agressões contra a polícia, ou seja, em média, as agressões contra os polícias seriam 9% maiores para um departamento com 200 polícias, quando comparado com um de apenas 100 polícias. Porém, através de uma análise mais aprofundada da relação entre a vitimação policial e o número de efetivo de um departamento, verificou-se que departamentos com um efetivo maior que utilizam BWCs tinham tendência a sofrer menos agressões, quando comparado com departamentos com um efetivo maior mas sem a utilização de BWCs (Douglas, 2020).

Um outro estudo que determinou a tendência de agressões a Profissionais das Forças de Segurança durante um período de tempo mais longo na Eslovênia, mostra que o maior número de agressões a polícias foi registrado entre os anos de 2009 e 2013, com uma queda constante a partir de 2013. O número de polícias feridos, principalmente em 2012 e 2011, foi bastante significativo. Ao determinar as razões para este número, foi descoberto que este foi um momento de grandes protestos em várias cidades eslovenas e de intervenções em acampamentos ciganos que envolveram agressões em massa a polícias. No entanto, este estudo deteta que apesar de ter existido uma queda no número de crimes de agressões contra a polícia, é preocupante o aumento significativo do número de formas cada vez mais agressivas e perigosas de agressões a polícias (Krope & Ilić, 2020).

Em outro estudo, desenvolvido através de dados do código aberto do *Gun Violence Archive* (GVA), é possível verificar que de 2014 a 2019, foram registadas 249 mortes de polícias a tiro por suspeitos, sendo que, um total de 1218 foram atingidos ou feridos por tiros suspeitos de forma não fatal. Durante o referido período de tempo, o número total de agressões com armas de fogo alterou de um mínimo de 189 em 2014 para um máximo de 288 em 2016, sendo que, no decorrer desses 6 anos, uma média de 245 polícias por ano foram atingidos a tiro por suspeitos na execução das suas funções. Desses polícias baleados, uma média de 42 por ano (17%) foram mortos e apenas entre 14% a 21% das agressões com armas de fogo contra a polícia a cada ano resultaram em mortes. Através das tendências longitudinais, apesar de a tendência na frequência mensal de agressões fatais a polícias com armas de fogo se demonstre estável de 2014 a 2019, parece existir uma leve tendência ascendente na frequência mensal de agressões

com armas de fogo contra a polícia, em geral. Constatase então que, a generalidade das agressões com armas de fogo contra a polícia não são fatais, não existem evidências convincentes de que a taxa nacional de agressões com armas de fogo contra a polícia tenha aumentado substancialmente nos últimos 6 anos e que há uma variação substancial a nível estadual nas taxas de agressão com armas de fogo contra a polícia (Sierra-Arévalo & Nix, 2020).

Um estudo que explorou a violência contra os polícias que sofrem agressões em áreas geográficas menores do que o nível de cidade mostra que os casos mais violentos de agressões contra a polícia registam um padrão entre zonas de taxas mais altas de desvantagem concentrada, homogeneidade racial e mobilidade residencial. Os mapas do estudo demonstraram que as zonas de agressões contra a polícia onde os agressores usaram armas de fogo e as zonas de agressões contra a polícia sem armas de fogo pareciam agrupar-se em áreas mais altas, a nível do bairro, ou seja, a nível da desvantagem concentrada. Além disso, a generalidade dos grupos de agressões com lesões e agressões com armas de fogo estava localizada dentro e ao redor do centro da cidade (Gibbs et al., 2018).

Num último estudo que examinou os fatores de risco a nível de grupo de quarteirão para agressões graves contra a polícia, numa perspetiva de oportunidade criminal, mostra que a polícia será agredida com mais frequência em áreas com maior propensão à violência, densamente povoadas, grupos de quarteirões com grande número de estudantes universitários, com mobilidade residencial, embora este último efeito seja quase significativo ($p = 0,056$). Porém, existe uma relação substantiva e altamente significativa entre a variável da privação de recursos e as agressões contra a polícia, ou seja, cada aumento de unidade nesta variável está associado a um aumento de 31% no número esperado de agressões. Desta forma, o risco de ocorrer agressões é consideravelmente maior em áreas tipificadas por problemas económicos, desestruturação familiar e com uma maior concentração de residentes negros não hispânicos. Em relação à variável detenções, estando as outras variáveis do modelo controladas, cada aumento de unidade nesta variável está diretamente associado a um aumento de 55% no número esperado de agressões contra a polícia, assim, alegadamente grupos de quarteirão com que contenham um número mais elevado de detidos apresentam um risco substancialmente maior para os polícias dessas áreas. Deste modo, a variável detenções acaba por ter um efeito maior sobre o risco de

agressões contra a polícia, seguida pelas variáveis violência e privação de recursos. Estes resultados demonstram que aumentos do desvio padrão nestas variáveis detenções, violência e privação de recursos estão assim associados a aumentos de 60%, 40% e 31%, respetivamente, no número esperado de agressões contra a polícia (Kaminski et al., 2003).

Tabela 2
Características dos estudos

Autores	Objetivos	Amostra	País de Origem	Língua	Instrumentos	Resultados e Principais Conclusões
Douglas (2020)	Avaliar a relação entre <i>Body-Worn Cameras</i> (BWCs) e a vitimização policial, concentrando-se no total de agressões com e sem arma de fogo contra os policiais.	<i>n</i> = 516 órgãos policiais	Estados Unidos da América	Inglês	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Law Enforcement Management and Administrative</i> (LEMAS); - <i>Uniform Crime Report</i> (UCR) do <i>Federal Bureau of Investigation</i> (FBI); - Departamento de recenseamento; - <i>Centers for Disease Control and Prevention</i> (CDC). 	Os resultados indicam que o uso do <i>Body-Worn Cameras</i> (BWCs) está negativamente associado à vitimização policial em ambos os modelos. Isso sugere que os BWCs podem ajudar na prevenção da ocorrência de violência geral e extrema contra a polícia em uma ampla gama de departamentos de aplicação da lei em ambientes variados.
Dursun & Aytaç (2021)	Revelar a prevalência da violência contra os policiais e examinar o efeito de estes serem submetidos à violência na sua saúde mental.	<i>n</i> = 339 policiais de diferentes áreas de atuação	Austrália	Inglês	<ul style="list-style-type: none"> - <i>The Workplace Violence Questionnaire</i>; - <i>DAS (Depression-Anxiety-Stress)</i> 	Os resultados da pesquisa mostram que a violência no local de trabalho é um importante fator de risco para os policiais. A exposição à violência também afeta negativamente a saúde mental dos policiais. Esses resultados mostram a importância da implementação de políticas de prevenção à violência contra policiais.
Gibbs et al. (2018)	Explorar a violência contra os policiais que sofrem agressões em áreas geográficas menores do que o nível de cidade.	-	Estados Unidos da América	Inglês	- Censos de 1990 do Departamento de recenseamento.	Os mapas mostram que os incidentes de violência contra a polícia tendem agrupar-se espacialmente, e as análises multivariadas sugerem que a desvantagem concentrada e os pedidos de atendimento, mas não outros indicadores, foram significativamente relacionados à violência contra a polícia.

Kaminski et al. (2003)	Examinar os fatores de risco num nível de grupo de quarteirão para agressões graves contra a polícia, numa perspectiva de oportunidade criminal.	<i>n</i> = 603 agressões agravadas à polícia em Boston	Estados Unidos da América	Inglês	- Relatórios de incidentes criminais do departamento de polícia de Boston; - Censos do Departamento de recenseamento.	Os resultados indicam fortes associações entre ataques graves à polícia e grupos de quarteirões caracterizados por alta densidade de detidos, condições criminosas e propensão à violência.
Krope & Ilić (2020)	Determinar a tendência de agressões a polícias durante um período de tempo mais longo.	-	Eslovênia	Inglês	- Relatórios anuais de agressões contra a polícia.	O maior número de agressões a polícias foi registrado entre 2009 e 2013, com uma queda constante a partir de 2013. O número de polícias feridos, principalmente em 2012 e 2011, foi bastante significativo. Ao determinar as razões para este número, foi descoberto que este foi um momento de grandes protestos em várias cidades eslovenas e intervenções em acampamentos ciganos que envolveram agressões em massa a polícias.
Krope & Lobnikar (2015)	Estudar as circunstâncias das agressões a polícias na Eslovênia, com ênfase na agressão, no local, no horário, na área de trabalho e a presença de terceiros na prática do crime de agressão policial.	<i>n</i> = 363 denúncias criminais <i>n</i> = 531 polícias vítimas	Eslovênia	Inglês	- Compilação de dados de denúncias criminais por agressões contra a polícia.	Um total de 531 polícias vítimas, das quais 514 (96.8%) eram homens e 17 (3.2%) eram mulheres, com idades entre 21 e 50 anos, foram registradas. A maioria dos polícias atacados têm 5 anos de serviço ativo. Quanto maior o número de anos de serviço, menor o nível de risco, ou seja, diminui a taxa de potenciais vítimas.
Kyriacou et al. (2015)	Descrever as incidências e causas de mortes de policiais ocupacionais na cidade de Nova York nos Estados Unidos e na Grande Londres	-	Estados Unidos da América e Reino Unido	Inglês	- Sites oficiais dos respetivos departamentos da polícia; - Censos de Nova Iorque e	Durante o século 20, as taxas de mortalidade policial ocupacional intencional e não intencional foram significativamente maiores em Nova Iorque em comparação com Londres. Essas diferenças provavelmente decorrem de vários fatores

	no Reino Unido durante o século XX e avaliar a relação entre violência social geral e violência dirigida a policiais nessas áreas metropolitanas.				Londres.	socioeconômicos, culturais e ocupacionais. O declínio nas mortes de policiais em Nova York durante a última parte do século 20 indica que pelo menos algumas medidas tomadas pelo Departamento de Polícia de Nova York tiveram sucesso em reduzir significativamente a incidência de mortes policiais intencionais e não intencionais.
Oliveira et al. (2014)	Descrever as condições de trabalho e de segurança dos delegados da polícia civil da cidade de Salvador, Bahia, Brasil, com foco nos aspetos da violência e vitimação.	n = 152 delegados da polícia de Salvador, Bahia	Brasil	Português	Questionário padronizado	Identifica-se altas demandas físicas e emocionais no trabalho dos delegados e delegadas de polícia, vulnerabilidade nas relações entre os pares e condições inseguras no contexto profissional. Os problemas de saúde mental são as principais causas de afastamento do trabalho por mais de quinze dias.
Sierra-Arévalo & Nix (2020)	Através de dados do código aberto do <i>Gun Violence Archive</i> (GVA) o objetivo é analisar as tendências reacionais e estaduais em agressões fatais e não fatais com armas de fogo dos polícias.	n = 1467 casos analisados	Estados Unidos da América	Inglês	- <i>Gun Violence Archive</i> (GVA).	Os resultados mostram que (a) a maioria das agressões com armas de fogo não são fatais, (b) não há evidências convincentes de que a taxa nacional de agressões com armas de fogo contra a polícia tenha aumentado substancialmente nos últimos 6 anos e (c) há uma variação substancial a nível estadual em taxas de agressão com armas de fogo contra polícias.
Willits (2014)	Examinar a relação entre a estrutura organizacional da polícia e as agressões a polícias nos EUA.	-	EUA	Inglês	- <i>Law of Enforcement Officers Killed and Assaulted</i> (LEOKA); - <i>National Incident – Based Reporting System</i> (NIBRS).	Modelos de regressão binomial negativa sugerem que o contexto organizacional e a complexidade organizacional são importantes preditores de violência contra polícias. Especificamente, controlando outros fatores, os departamentos de polícia que atendem comunidades mais desfavorecidas relatam taxas mais altas de agressões contra polícias, enquanto aqueles que são mais diferenciados funcional e espacialmente relatam níveis mais baixos de agressões.

1.3. Discussão

A presente revisão sistemática teve como objetivo estudar a prevalência de vitimação policial. A partir dos estudos incluídos, pode-se afirmar, em termos gerais, que existe uma prevalência bastante significativa de vitimação policial nas Forças de Segurança.

Na investigação de fatores associados a esta prevalência significativa de vitimação policial, a variável desvantagem concentrada, ou seja, zonas densamente povoadas onde existe mais violência, mais detenções, mais privação de recursos, problemas económicos e destruturação familiar, através das análises estatísticas, demonstrou associar-se às agressões contra a polícia sem arma de fogo (Gibbs et al., 2017). Esta conclusão está de acordo com um outro estudo que encontrou as variáveis de privação de recursos, detenções e áreas de violência significativamente correlacionadas à existência de agressões contra a polícia. Assim, o risco de ocorrerem graves agressões contra a polícia é substancialmente mais elevado nas áreas caracterizadas pela variável desvantagem concentrada (Kaminski et al., 2003). No entanto, esta variável não está diretamente relacionada a agressões contra a polícia com arma de fogo, esta diferença entre as duas medidas dos resultados pode ser justificada pelo tamanho da amostra, em que a contagem de agressões contra a polícia com arma de fogo foram menores em relação ao número de agressões contra a polícia sem arma de fogo (Gibbs et al., 2017).

No que diz respeito a agressões com armas de fogo contra a polícia, segundo o estudo de Sierra-Arévalo & Nix (2020), nos Estados Unidos da América, a maior parte deste tipo de agressão não é fatal para estes profissionais no cumprimento do seu dever. Já o estudo que fez uma comparação entre Nova Iorque e Londres, mostrou que 290 polícias foram mortos por tiros em Nova Iorque, em comparação com apenas 14 polícias mortos por tiros em Londres durante todo o período de estudo. Esta diferença pode ser notada, muito provavelmente, devido à ampla disponibilidade e uso de armas de fogo nos Estados Unidos da América. Em relação às taxas de mortalidade de polícias de forma intencional e não intencional estas foram substancialmente mais elevadas em Nova Iorque quando comparado com Londres durante a maior parte do século XX, sendo que, a maior parte das mortes de polícias em Nova Iorque foi intencional, enquanto a maioria em Londres não foi intencional. Este contraste entre cidades podem ser resultado de vários fatores socioeconómicos e ocupacionais (Kyriacou et al., 2015).

Perante a possibilidade da prática da vitimação mais gravosa, a morte, durante a execução das suas funções ou mesmo durante os períodos de folga, é necessário a adoção de medidas e protocolos por parte das instituições das Forças de Segurança, sendo a mesma imprescindível tanto como ferramenta institucional como procedimental para encarar a vitimação policial em conjunto com a reflexão e consciencialização do próprio agente de segurança pública em relação à sua segurança (Silva & Almeida, 2022). Para além da adoção de medidas e protocolos por parte das próprias instituições e do próprio profissional, é necessário realçar que o Estado tem responsabilidade na presença bastante significativa de vitimação policial, e por tal motivo, tem o dever de oferecer mais meios e melhores condições de trabalho, garantindo assim a segurança dos seus agentes de segurança pública, como também a eficiência no trabalho (Silva & Almeida, 2022).

Além disso, a oferta deficitária de condições de trabalho, de material de segurança, a falta de recursos e a estrutura organizacional dos departamentos da polícia também contribui para a ocorrência de vitimação policial. Por exemplo, no estudo de Oliveira et al. (2014), os resultados encontrados retratam importantes questões referentes ao contexto de trabalho, a situações de violência e à saúde destes Profissionais das Forças de Segurança e estimulam novas investigações para um melhor entendimento deste exercício profissional. Medidas tanto do contexto organizacional quanto da complexidade organizacional dos departamentos da polícia, são potenciadores significativos de existir violência contra a polícia, por tal motivo, destaca-se a importância de considerar a estrutura organizacional para a obtenção de bons resultados no policiamento. O que se traduz numa maior presença de polícias na comunidade através de policiamento de proximidade, poderá resultar numa familiarização entre a polícia e os bairros das zonas onde executam as suas funções, da mesma forma, que os moradores desses bairros podem ficar mais familiarizados com os polícias e menos propensos a encará-los como uma ameaça (Willits, 2014).

Num dos estudos realizado na Eslovênia, ao longo do período de tempo estudado houve uma diminuição nas agressões contra a polícia mas, embora o número de agressões sofre-se uma diminuição ao longo da linha do tempo, notou-se um aumento no número de formas mais perigosas de agressões contra a polícia, ou seja, os polícias estavam em maior perigo. Isto torna-se numa preocupação para os departamentos de polícia, sendo importante ressaltar a necessidade de serem tomadas medidas para a

prevenção da vitimação policial (Krope & Ilić, 2020). Sendo que, uma das medidas a aplicar pode ser, por exemplo, a utilização de *Body-Worn Cameras* (BWCs) que está associada a taxas mais baixas de vitimação policial. As descobertas defendem que o uso de BWCs pode estar associado ao aumento da segurança dos polícias e ressaltam a importância e a necessidade de futuras avaliações de BWCs para investigar os seus efeitos sobre os resultados da vitimação policial (Douglas, 2020).

Os polícias são profissionais que têm que lidar com pessoas e situações violentas, sendo que, a violência sofrida na realização da sua atividade profissional é um fator de risco com grande relevância, afetando também de forma negativa a saúde mental destes profissionais. Estes resultados mostram a importância da implementação de medidas urgentes de prevenção da vitimação policial (Dursun & Aytaç, 2021). Aqui deve ser reforçada a necessidade de prestar apoio psicossocial a cada polícia agredido, sendo que, as instituições de segurança pública devem estar ativamente envolvida no acompanhamento dos processos criminais contra os agressores que atacam os seus polícias, uma vez que, ao fazê-lo, acaba por transmitir a importância da sua proteção a estes Profissionais das Forças de Segurança (Krope & Lobnikar, 2015).

Numa pequena corrida contra o tempo, estudos futuros devem seguir possíveis trajetórias para que exista uma diminuição da vitimação policial em crimes motivados apenas pelo simples facto de estes agentes estarem a exercer as suas funções. Para tal, é esperado que se suceda uma gestão de riscos na análise, na identificação, na avaliação, no tratamento, no monitoramento e na mitigação de toda a investigação. Deste modo, o que se ambiciona daqui para a frente é então uma minuciosa e aprofundada análise de cada fator que possa contribuir para a existência de vitimação policial e um aprimoramento nos apontamentos de dados sobre o tema, a fim de que, seja possível a implementação de medidas e protocolos mais técnicos para assim prevenir e mitigar os riscos desta profissão (Marty, 2022).

Esta revisão sistemática apresenta algumas limitações. Como na maior parte das revisões sistemáticas há um risco de viés de publicação, uma vez que apenas estudos publicados em bases identificáveis foram incluídos, embora nenhuma restrição tenha sido feita em relação aos critérios de tempo. Deste modo, recomenda-se mais estudos futuros de investigação direcionada à vitimação policial, assim como aos seus impactos na saúde física e mental destes Profissionais das Forças de Segurança. Além disso,

existe a necessidade de desenvolver mais instrumentos de vitimação desenhados especialmente para o tipo de população em estudo.

Capítulo II - Vitimação Policial - Experiência e Percepção de Militares da Guarda Nacional Republicana – Contribuição Empírica

A experiência de vitimação policial define-se como um fenómeno social que recai sobre o agente de segurança e conduz a traumas, lesões ou mortes ocorridas durante o trabalho de manutenção da ordem instituída (Minayo et al, 2007), pelo que este fenómeno carece da atenção científica que o torne mais perceptível para melhor se traçarem medidas adequadas.

A presença de Forças de Segurança e a sua atuação revelam-se essenciais para manter a ordem e garantir o funcionamento ordeiro das sociedades. A manutenção dessa ordem e das regras sociais é primordial no desenvolvimento social. A Guarda Nacional Republicana (GNR), de natureza militar, constitui uma força de segurança organizada num corpo especial de Militares dotado de autonomia administrativa. Da sua missão, constam a garantia de legalidade democrática, de segurança interna e dos direitos dos cidadãos, bem como a colaboração na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei (Lei n° 63/2007, 2007).

Dada a natureza dessas funções, bem como a sua importância para a manutenção da ordem instituída, importa atender ao fenómeno da vitimação destes Militares, designadamente, no exercício das suas funções. Por isso, segue-se a apresentação do estudo realizado.

2.1. Método e Metodologia

O presente estudo, de metodologia mista, num regime de intermétodos (Reidy & Mercier, 2003) por tratar dados de naturezas quantitativa e qualitativa, seguiu um desenho exploratório, descritivo, transversal e retrospectivo, delimitado por uma análise baseada na observação e no autorrelato, recorrendo ao inquérito psicossocial com apelo à técnica do questionário.

No que se refere aos objetivos, genericamente, pretende-se identificar a prevalência de vitimação policial através da experiência e percepção vividas por Militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) no exercício das suas funções profissionais. Mais especificamente, procurar-se-á: a) Identificar a eventual existência de um padrão de vitimação; b) Captar a percepção dos inquiridos relativamente à eventual relação entre a vitimação vivida e os níveis de insegurança e crime na sua área de trabalho; c) Identificar a eventual associação entre a vitimação vivida e as condições de ocorrência; d) Identificar a eventual associação entre a vitimação vivida e algumas características sociodemográficas.

No referente às questões centrais de investigação, e atendendo aos objetivos já delineados, procurar-se-ão respostas para as seguintes:

- a) Haverá uma caracterização das situações de vitimação vividas, com similaridades que permitam traçar um possível padrão?
- b) Existirá convergência na percepção dos Militares da GNR em relação à insegurança e à criminalidade na área onde exercem as suas funções, e que possa ter ligação à ocorrência de vitimação?
- c) Poder-se-á traçar um conjunto de condições que possam associar-se à ocorrência de vitimação?
- d) Haverá alguma ligação entre a vivência de situações de vitimação e as características sociodemográficas de cada militar?

2.1.1. Instrumento

Para o desenvolvimento desta investigação recorreu-se à utilização do instrumento denominado “Diagnóstico Local de Segurança (DLS)” especificamente

dirigido a agentes de polícia, desenvolvido por Sani e Nunes (2013), concebido para aceder a um conjunto de informações, sob o ponto de vista do militar, através da colocação de questões fechadas, de resposta dicotómica ou de seleção de alternativas de resposta, e alternadas por questões abertas.

O instrumento referido constitui-se por cinco partes, das quais a presente investigação analisa apenas quatro, por serem as que melhor se adequam para que se alcancem os objetivos previamente definidos. Assim, adotaram-se as partes referentes aos dados sociodemográficos, à percepção de segurança/insegurança, e à vitimação policial e, finalmente, a parte relativa à participação comunitária. O questionário foi adaptado de forma a ser administrado *online*, conforme se explica melhor no ponto seguinte, relativo ao procedimento.

2.1.2. Procedimento

Após a obtenção da autorização por parte do Comando de Doutrina e Formação da GNR – Lisboa, o questionário foi disponibilizado com suporte *Google Forms*, sendo distribuído através de um *link*, apenas enviado aos Militares da GNR do Comando Territorial do Porto, via e-mail, entre o período de recolha, de Março a Maio de 2023.

A administração do questionário em versão digital foi antecedida de uma declaração de Assentimento Informado, mediante a qual o Militar apenas respondeu ao inquérito após declarar essa disposição e livre vontade, consentindo de forma informada em prestar as suas informações, após lhe terem sido dadas garantias de anonimato e confidencialidade dos dados e de tudo quanto seja abordado durante a recolha dos mesmos, bem como sobre o destino a dar a essa informação. Evidentemente, foi também feita uma submissão à Comissão de Ética da UFP, obtendo-se, assim, o seu parecer de concordância.

Posteriormente, foi criada uma base de dados, com recurso ao *software - Statistical Package for Social Sciences - versão 29 (SPSS)*, onde foram implementados os testes e as análises decorrentes do tratamento dos dados, convertendo-os em resultados interpretáveis. Entre as variáveis analisadas, constaram também as qualitativas, decorrentes das questões abertas colocadas aos inquiridos. Essas respostas a tais questões foram, entretanto, tratadas por via da sua codificação mediante a análise

do discurso atendendo ao conteúdo e seguindo a proposta de codificação por Caixa, de Bardin (2004). As mesmas foram também alvo de “contagem” através da análise de frequências.

A amostra foi fechada quando ultrapassou o grau de saturação de respostas.

2.1.3. Participantes

A amostra desta investigação constituiu-se de 92 participantes de ambos os sexos (cf. Tabela 3), dos quais 77.2% são do sexo masculino e apenas 22.8% são do sexo feminino. Em relação à faixa etária, verificamos a presença de indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos, sendo a média de 40.23 e a moda de 38 anos, apresentando um desvio padrão de 6.18 (cf. Tabela 4).

Tabela 3

Distribuição por frequência quanto ao sexo.

Sexo	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Masculino	71	77.2
Feminino	21	22.8
Total	92	100

Tabela 4

Distribuição por frequência quanto à idade por intervalos.

Idade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
25-29	5	5.5
30-34	8	8.8
35-39	30	32.6
40-44	24	26.1
45-49	21	22.8
50-54	4	4.4
Total	92	100

Média=40.23 | Moda=38 | Desvio Padrão= 6.18

Quanto ao estado civil, verifica-se que 78.3% dos indivíduos são casados ou em união de facto, seguindo-se o estado civil de solteiro com 18.5%, sendo que apenas 3.3% da população em estudo se encontra divorciada ou separada (cf. Tabela 5).

Tabela 5*Distribuição por frequência quanto ao estado civil.*

Estado Civil	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Casado(a)/União de facto	72	78.3
Solteiro	17	18.5
Divorciado(a)/Separado	3	3.3
Total	92	100

Da análise da distribuição por frequências quanto ao nível de escolaridade, pode-se constatar que, do total da amostra, 76.1% concluiu o ensino secundário (entre o 10º e 12º anos), seguindo-se o ensino superior com 20.7% dos indivíduos e apenas 3.3% referiu ter o ensino unificado (entre o 7º e 9º anos) (cf. Tabela 6).

Tabela 6*Distribuição por frequência quanto ao nível de escolaridade.*

Escolaridade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Unificado (entre 7º e 9º anos)	3	3.3
Secundário (entre 10º e 12º anos)	70	76.1
Superior	19	20.7
Total	92	100

Por fim, em relação à categoria profissional, 78.3% da amostra são Guardas, 18.5% são Sargentos, sendo que, apenas 3.3% dos indivíduos são Oficiais (cf. Tabela 7).

Tabela 7*Distribuição por frequência quanto à categoria profissional.*

Categoria Profissional	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Guarda	72	78.3
Sargento	17	18.5
Oficial	3	3.3
Total	92	100

2.2. Resultados

Uma vez realizada a caracterização sociodemográfica da amostra, e apresentado o instrumento de recolha bem como o procedimento, é chegado o momento de apresentar os resultados alcançados.

De destacar que, nas tabelas referentes a respostas mais subjetivas e correspondentes a variáveis qualitativas, se recorre à codificação conforme explicado no

procedimento e, portanto, haverá convergência de diferentes respostas que possam integrar a mesma categoria.

Note-se que, relativamente às Tabelas 12, 13, 14, 16, 17, 23 e 24, cada participante pode optar por mais do que uma alternativa de resposta. Por tal motivo, encontramos mais respostas do que participantes, pelo que optamos por não mencionar os totais.

É ainda de salientar que, neste tipo de respostas (Tabelas 9, 11, 17, 23, 24, 26 e 28) a categoria genericamente designada por “Resposta descontextualizada” corresponde às situações em que o participante se desvia do que foi questionado, respondendo de forma não correspondente ao solicitado. Já a “Resposta contraditória” remete para quando não há concordância entre a anterior questão de resposta dicotómica e a sua justificação. A categoria “Não sabe/Não responde” compreende os sujeitos que referem desconhecer a resposta ou que simplesmente não respondem.

2.2.1. Percepção de In/segurança

A percepção de segurança/insegurança por parte dos Militares da GNR é muito relevante, uma vez que, através da mesma é possível aferir o que se passa nas suas áreas de trabalho, sob a sua perspetiva e, também, como pode ser delineada uma atuação que vá ao encontro das suas necessidades.

De acordo com os participantes, 66.3% da amostra considera segura a área onde exercem as suas funções, em discordância com alguma insegurança sentida por parte de 33.7% dos indivíduos (cf. Tabela 8).

Tabela 8
Percepção de insegurança na área de trabalho.

Área segura	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	61	66.3
Não	31	33.7
Total	92	100

Relativamente aos resultados observáveis na tabela 9, podemos constatar que um número elevado de participantes, 44.6% dos que responderam “Sim” à questão anterior, considerou trabalhar numa área segura porque a percebe com sendo calma e de baixa criminalidade. Revela-se interessante que, 8.7% dos Militares que responderam “Sim”

anteriormente, tenham referido uma autopercepção de eficácia como motivo para considerarem que aquela área seja segura. No que se refere aos indivíduos que responderam que “Não” na questão anterior, é de ressaltar que para 14.1% a sua percepção de insegurança em relação à área onde exercem funções encontra-se relacionada com a criminalidade elevada.

Tabela 9

Explicações para a percepção de (in)segurança.

SIM - área de trabalho segura por:			
Categoria de resposta (SIM)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Zona calma/Criminalidade baixa	41	44.6	“Índice de criminalidade baixa”; “zona calma, pessoas respeitadas”
Autopercepção de competência	8	8.7	“... guarda executam um ótimo policiamento de proximidade”
Local de trabalho/Funções	5	5.4	“... administrativa, serviço interior posto”
Resposta descontextualizada	5	5.4	“Boas condições”
Resposta contraditória	2	2.4	“Existe um clima de segurança aparente”
Total Parcial	61	66.3	
NÃO - área de trabalho não-segura / insegura por:			
Categoria de resposta (NÃO)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Criminalidade elevada	13	14.1	“Aumento da criminalidade”; “crescimento exponencial ... de criminalidade violenta”
Desrespeito pela autoridade	5	5.4	“A população ... não aceita cumprir com as regras impostas pela lei”
Autopercepção de risco	4	4.3	“Todos os dias corro risco como patrulheiro”
Resposta descontextualizada	3	3.3	“O edifício não tem segurança”
Comunidade problemática	2	2.2	“Área de consumo de produtos adictivos em grande escala”; “zona problemática”
Reduzido controlo social formal	2	2.2	“Falta de efetivo”
Não sabe/Não responde	2	2.2	---
Total Parcial	31	33.7	
Total	92	100	

A percepção da evolução da criminalidade na área onde os participantes exerciam as suas funções foi outra das variáveis em estudo, demonstrando que 58.7% da amostra considerou que tem existido um aumento da criminalidade, contrariamente a 39.1%, que referiu não haver uma evolução da mesma, contando ainda com 2.2% dos indivíduos que afirmaram que não sabiam ou não responderam a esta variável (cf. Tabela 10).

Tabela 10*Percepção da evolução da criminalidade.*

Criminalidade tem aumentado	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	54	58.7
Não	36	39.1
Não sabe/Não responde	2	2.2
Total	92	100

No que diz respeito à justificação da percepção da evolução da criminalidade, 43.5% dos indivíduos que responderam que “Sim”, a criminalidade percebida como tendo aumentado, na questão anterior, as suas respostas caíram na categoria de “Aumento de crimes reportados”. Relativamente aos participantes que responderam anteriormente que a criminalidade “Não” teria aumentado, 22.8% responderam dentro da lógica da categoria de “Redução/Manutenção de crimes reportados” (cf. Tabela 11). De salientar que 2 dos participantes acabaram por não fundamentar a sua resposta, já que responderam que “Sim”, que a criminalidade tem aumentado, justificando-o com o facto de a “criminalidade aumentou” o que enquadra esta fundamentação na categoria de “Resposta descontextualizada”.

Tabela 11*Explicações para a percepção da evolução da criminalidade.*

SIM – a criminalidade tem aumentado por:			
Categoria de resposta (SIM)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Aumento de crimes reportados	40	43.5	“Número elevado de participações”
Acesso acrescido a produtos ilegais/redes sociais	5	5.3	“Acesso fácil a armas de fogo...”; “...devido à utilização das redes sociais”
Sentimentos de impunidade	3	3.3	“... sentimento de impunidade ... descrédito no sistema...”
Carência de meios e efetivos	2	2.2	“Falta de efetivos...”; “Falta de recursos...”
Resposta descontextualizada	2	2.2	“Criminalidade aumentou”
Aumento de agressões a Militares	1	1.1	“Aumento de ... agressões a patrulheiros”
Não sabe/Não responde	1	1.1	---
Total Parcial	54	58.7	
NÃO – a criminalidade não tem aumentado por:			
Categoria de resposta (NÃO)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Redução/Manutenção de crimes reportados	21	22.8	“Os níveis de criminalidade mantêm-se em registo de anos anteriores”
Autopercepção de competência	6	6.5	“O policiamento preventivo é

Resposta descontextualizada	4	4.3	adequado”
Redução da criminalidade geral	2	2.2	“Porque não tem aumentado”
Não sabe/Não responde	2	2.2	“... diminuição da criminalidade geral”
Resposta contraditória	1	1.1	“Sem dados”
			“... embora a criminalidade grave esteja a aumentar”
Total Parcial	36	39.1	
Não sabe/Não responde	2	2.2	---
Total	92	100	

Quanto à tipologia de crimes identificados mais frequentemente pelos participantes (cf. Tabela 12), destaca-se a “violência doméstica: contra/entre cônjuge” (81.5%) com o valor mais elevado, seguindo-se da “agressão física” (62%), passando para o crime de “burla” (58.7%). Seguem-se outros crimes identificados como frequentes por diferentes percentagens de indivíduos, como se verifica na Tabela x.

Com valores bastante inferiores em comparação aos apresentados em cima, na categoria “outros” (2.2%), foram ainda expostos pelos participantes crimes como “fogo posto”.

Tabela 12
Percepção dos crimes mais frequentes.

Crimes mais frequentes	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Violência doméstica: contra/entre cônjuge	75	81.5
Agressão física	57	62
Burla	54	58.7
Furto (ex: automóvel)	50	54.3
Tráfico de Drogas	40	43.5
Assalto a residência	26	28.3
Crimes rodoviários	26	28.3
Assalto a estabelecimento comercial	25	27.2
Violência doméstica: contra/entre idosos	24	26.1
Violência doméstica: contra/entre menores	17	18.5
Danos a espaço/equipamentos públicos	16	17.4
Roubo (ex: esticção)	15	16.3
Ofensa sexual	6	6.5
Tráfico de armas	4	4.3
Desconhece/nenhum	1	1.1
Outros:		
O1- Fogo posto	2	2.2

Em relação às características identificadas mais frequentemente pelos participantes como sendo condições possivelmente favorecedoras do crime (cf. Tabela

13), destacaram-se o “consumo de drogas/álcool” (76.1%), logo seguido da “pobreza/desemprego” (66.3%) e dos “problemas familiares” (58.7%). Evidencia-se que, entre os indivíduos que mencionaram “outros” (6.5%), apontam-se “aumento a imigração”, “subsídio-dependência”, “problemas psíquicos”, “bairros sociais” e “impunidade”.

Tabela 13

Condições percebidas como favorecedoras do crime.

Condições favorecedoras do crime	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Consumo de drogas/álcool	70	76.1
Pobreza/Desemprego	61	66.3
Problemas familiares	54	58.7
Conflitos e delinquência juvenil	31	33.7
Pouca severidade para com os ofensores	30	32.6
Incapacidade de atuação dos agentes de autoridade	16	17.4
Policimento deficitário	14	15.2
Reduzido movimento durante a noite	13	14.1
Presença de pessoas estranhas	9	9.8
Má iluminação pública	8	8.7
Maus acessos/arruamentos	6	6.5
Outros:		
O1- Aumento da imigração	1	1.1
O2 – Subsídio-dependência	1	1.1
O3 – Problemas psíquicos	1	1.1
O4 – Bairros sociais	1	1.1
O5 – Impunidade	1	1.1
Desconhece/nenhum	1	1.1

De acordo com a Tabela 14, é possível verificar que um número considerável de participantes no estudo expôs incivildades frequentes específicas, tais como “violar regras de trânsito” (62%), “produzir ruído na via pública” (56.5%), “estacionar de forma caótica” (54.3%) e “deixar as fezes de animais de companhia na via pública” (31.5%). Destaque-se que, entre os indivíduos que identificaram “outros” (2.2%), indicam-se “ruído dentro da própria habitação e “desentendimento conjugal”.

Tabela 14

Percepção das Incivildades mais frequentes.

Incivildades mais frequentes	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Violar regras de trânsito	57	62
Produzir ruído na via pública	52	56.5
Estacionar de forma caótica	50	54.3
Deixar as fezes de animais de companhia na via pública	29	31.5
Deixar lixo disperso na rua	21	22.8
Urinar na via pública	12	13
Peditórios ilegais	9	9.8
Desconhece/nenhum	5	5.4
Outros:		
O1- Ruído dentro da própria habitação	1	1.1
O2 – Desentendimento conjugal	1	1.1

2.2.2. Vitimação

Nesta parte dos resultados foi investigada a vitimação policial por autorrelato, onde se procurou demonstrar a percentagem de participantes que poderá ter sido vítima de crime no exercício das suas funções, no período dos últimos 5 anos, bem como as circunstâncias e consequências dessa experiência.

Do total da amostra, uma parte significativa dos participantes (38%) preferiu ter sido vítima de crime nos últimos 5 anos, já que os restantes (62%) revelaram não ter sofrido qualquer vitimação (cf. Tabela 15).

Tabela 15

Vítimas/Não vítimas de crime nos últimos 5 anos.

Vítima de crime nos últimos 5 anos	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não	57	62
Sim	35	38
Total	92	100

Das tipologias de crime referidas pelos participantes que responderam de forma positiva à questão anterior, é possível verificar que a “Ofensa à integridade física” foi a categoria mais mencionada (62.9%), seguindo-se a de “Resistência e coação” com 31.4%, as “Injúrias” com 20% e a “Ameaça” com 14.3% (cf. Tabela 16).

Tabela 16

Tipologias de crimes.

Categoria de resposta	Crime de que foi vítima		Verbalizações exemplificativas
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	
Ofensa à integridade física	22	62.9	“Ofensa à integridade física qualificada”
Resistência e coação	11	31.4	“Resistência e coação sob funcionário”
Injúrias	7	20	“Injúrias”
Ameaça	5	14.3	“Ameaça com armas ...”
Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação			

Quanto aos danos sofridos como consequências da exposição à vitimação, é possível verificar que uma grande parte dos indivíduos referiu ter sofridos danos “Físicos” (60%), seguindo-se os danos “Psicológicos” com uma frequência relativa de 54% (cf. Tabela 17). Ainda na mesma tabela, destaque-se que 3 respostas acabaram por não clarificar o tipo de danos decorrentes da situação, deixando apenas claro que não houve danos físicos, num registo descontextualizado que não respondeu ao questionado.

Tabela 17

Danos sofridos como consequências da vitimação.

Categoria de resposta	Danos sofridos		Verbalizações exemplificativas
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	
Físicos	21	60	“Fratura do quinto metatarso ...”
Psicológicos	20	54.1	“Graves danos psicológicos”
Materiais	5	14.3	“Danos em fardamento ...”
Resposta descontextualizada	3	8.6	“Não resultou ferimentos”
Irrelevantes	1	2.9	“Nada de relevante”
Não sabe/Não responde	1	2.9	---
Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação			

Em termos de enquadramento temporal, a parte da amostra que foi vítima de crime, referiu que o período diurno (68.6%) foi aquele em que mais ocorreram as situações de vitimação, em comparação com o período noturno mencionado por 31.4% dos participantes (cf. Tabela 18).

Tabela 18

Período do dia em que ocorreu o crime.

Altura em que ocorreu o crime	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
De dia	24	68.6
De noite	11	31.4
Total	35	100
Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação		

Segundo os participantes, a “rua” (85.7%) foi o local onde se deu a grande parte das ocorrências de crime, comparativamente às ocorrências em “casa” (8.6%), destacando-se que entre os indivíduos que indicaram “outros” (5.7%), aponta-se “estádio de futebol” como um local onde também existiram ocorrências de crime (cf. Tabela 19).

Tabela 19

Local de ocorrência do crime.

Onde se deu a ocorrência do crime	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Na rua	30	85.7
Em casa	3	8.6
Outro:		
O1-Estádio de futebol	2	5.7
Total	35	100
Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação		

Pela altura da ocorrência do crime, praticamente todos os participantes encontravam-se “acompanhados” (94.7%), sendo que apenas 5.7% se apresentava “sozinho” (cf. Tabela 20).

Tabela 20

Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhado.

Nessa altura encontrava-se:	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Acompanhado	33	94.7
Sozinho	2	5.7
Total	35	100
Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação		

Em termos de proximidade relacional ofensor-vítima, apurou-se que o autor do crime era nomeadamente um “estranho” (88.6%), sendo que, para 11.4% dos indivíduos o autor do crime era “conhecido” (cf. Tabela 21).

Tabela 21*Relação ofensor-vítima.*

O ofensor era:	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Estranho	31	88.6
Conhecido	4	11.4
Total	35	100

Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação

2.2.3. Participação Comunitária

Esta última parte dos resultados apresenta a participação e o envolvimento comunitário por parte dos Militares da GNR, procurando averiguar há quanto tempo os indivíduos exercem funções na sua área, para em seguida serem exploradas questões associadas à robustez da sua ligação à sua área de serviço e à correspondente comunidade.

Através dos dados recolhidos, verificou-se que a maior parte dos participantes trabalha há 10 ou mais anos (58.7%) na área onde exerce as suas funções, seguindo-se de indivíduos que trabalham há 3 ou menos anos (18.5%) e com uma percentagem relativamente próxima, indivíduos que trabalham há 4 a 6 anos (14.1%) na área onde praticam atualmente o exercício das suas funções (cf. Tabela 22).

Tabela 22*Anos de serviço no local onde exerce as suas funções.*

Anos de Serviço	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
3 ou menos anos	17	18.5
4 a 6 anos	13	14.1
7 a 9 anos	8	8.7
10 ou mais anos	54	58.7
Total	92	100

Relativamente às sugestões para uma melhoria da qualidade de vida na área em que exerciam funções, os Militares inquiridos salientaram as seguintes: “Mais condições/meios de trabalho” (63%), “reabilitação urbana” (36.9%), “melhoria/aumento de serviços” (17.4%), “Empowerment/formação/educação” (17.4%), “Mais severidade do sistema de justiça” (13%), “Mais apoio/acompanhamento” (12%) e “M policiamento de proximidade” (8.7%) (cf. Tabela 23). Destaque-se que 10 respostas – “Resposta descontextualizada” - responderam tendencialmente em favor do que aumentaria a sua qualidade de vida pessoa, não apontando o que poderia melhorar a vida da comunidade onde exerciam funções.

Tabela 23*Sugestões percebidas para melhoria da qualidade de vida na área que exerce funções.*

Alterações para melhorar a qualidade de vida naquela área			
Categoria de resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações exemplificativas
Mais condições/meios de trabalho	58	63	“Mais e melhores condições de trabalho”
Reabilitação urbana	34	36.9	“Melhorar ... estradas”; “Melhoras as infraestruturas”
Melhoria/Aumento de serviços	16	17.4	“Melhoria dos transportes públicos”
<i>Empowerment/</i> Formação/Educação	16	17.4	“... mais formação ...”; “Melhor formação cívica”
Mais severidade do sistema de Justiça	12	13	“... aumento das penas ...”; “... leis que protejam os polícias ...”
Mais apoio/acompanhamento	11	12	“Melhor acompanhamento da delinquência juvenil”
Resposta descontextualizada	10	10.9	“... remuneração justa”; trabalhar menos horas” (para Militares)
Não sabe/Não responde	9	9.8	“Sugestões para quê?”
Mais policiamento de proximidade	8	8.7	“Mais policiamento de proximidade”

Quanto às sugestões para o aumento da segurança na área onde exercem funções, as respostas referiam as seguintes: “Mais condições/meios de trabalho” (83.7%), “Policiamento de proximidade” (17.4%), “Mais celeridade/severidade do sistema de justiça” (15.2%), “Reabilitação urbana” (9.8%), “*Empowerment/formação/educação*” (9.8%) e “Dispositivos de vigilância” (6.5%) (cf. Tabela 24). Note-se que há um maior foco, por parte de diversos participantes cujas respostas (num total de 107) incluíram categorias referentes a questões relacionadas com o sistema de controlo social formal.

Tabela 24*Sugestões percebidas para o aumento da segurança na área em que exerce funções.*

Alterações para aumentar a segurança naquela área			
Categoria de resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações exemplificativas
Mais condições/meios de trabalho	77	83.7	“Melhoramento do material policial individual ...”
Policiamento de proximidade	16	17.4	“Mais proximidade entre as Forças de Segurança e o cidadão”
Mais celeridade/severidade do sistema de Justiça	14	15.2	“Molduras penais mais pesadas”
<i>Empowerment/</i> Formação/Educação	9	9.8	“Maior investimento na área da educação e informação ...”
Reabilitação urbana	9	9.8	“Melhoramento na iluminação ...”
Não sabe/Não responde	8	8.7	---

Dispositivos de vigilância	6	6.5	“Existência de ... videovigilância”
Resposta descontextualizada	3	3.3	“Sugestões para quê?”

Em relação à disposição para uma colaboração cidadão-militar na área onde exercem funções, verifica-se que 35.9% dos participantes estão “quase sempre” dispostos a tal e com uma percentagem bastante próxima de 34.8% participantes que estão “sempre” dispostos a essa colaboração, sendo que 16.3% “não sabe” responder. Em contrariedade, 7.6% dos participantes “quase nunca” estão dispostos a essa colaboração e ainda 5.4% nunca estão dispostos para que tal aconteça (cf. Tabela 25).

Tabela 25

Disposição para acolher cooperação do cidadão, na área onde exerce funções.

Disposição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Quase sempre	33	35.9
Sempre	32	34.8
Não sabe	15	16.3
Quase nunca	7	7.6
Nunca	5	5.4
Total	92	100

Relativamente aos fundamentos para a disposição para acolher e beneficiar da cooperação do cidadão, 23.9% dos participantes que responderam “Sempre” ou “Quase sempre” na resposta anterior, referiram acolher e beneficiar dessa colaboração “Como fonte de informação” para a polícia, “, sendo que, 21.8% referiram a utilização do “Policimento de proximidade”. Em relação aos indivíduos que anteriormente responderam “Nunca” ou “Quase nunca”, 6.4% proferiram não acolher e nem beneficiar dessa colaboração devido à “Necessidade de *empowerment*/ formação/preparação” (cf. Tabela 26).

Tabela 26

Fundamentos para a disposição para acolher cooperação do cidadão.

SEMPRE ou QUASE SEMPRE – disposto(a) a colaborar de forma:			
Categoria de resposta (SIM)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Como fonte de informação	22	23.9	“Denunciar o crime”
Proximidade	20	21.8	“Policimento de proximidade”
Resposta descontextualizada	11	12	“...cidadão mais civilizado, educado e cooperante perante a autoridade policial”
Por via da proatividade	10	10.8	“Colaboração visando a proatividade”
Resposta contraditória	1	1.1	“Deixei de o fazer ...”
Não sabe/Não responde	1	1.1	---

Total Parcial	65	70.7	
QUASE NUNCA ou NUNCA – disposto(a) a colaborar porque:			
Categoria de resposta (NÃO)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Necessidade de <i>empowerment</i> / formação/preparação	6	6.4	“A população não tem preparação para lidar com as ocorrências policiais”
Não sabe/Não responde	2	2.2	---
Desrespeito pela autoridade	1	1.1	“As pessoas não respeitam a autoridade”
Desconhecimento das intenções do cidadão	1	1.1	“Não sabemos as intenções do cidadão”
Indisponibilidade do cidadão	1	1.1	“As pessoas ... não estão predispostas a ajudar ...”
Resposta descontextualizada	1	1.1	“Explicações para quê?”
Total Parcial	12	13	
(12) Não sabe/Não responde	15	16.3	---
Total	92	100	

A observação dos valores apresentados na Tabela 27 possibilita verificar que mais de metade da amostra (60.9%) referiu ter uma ligação “forte” com o local onde exerce as suas funções, e contrariamente 21.7% dos participantes afirmaram ter uma ligação “pouco forte” com aquele local, seguindo-se de 14.1% a afirmar ter uma ligação “muito forte” e 3.3% a referir ter uma ligação “nada forte”.

Tabela 27

Presença/Ausência de ligação do indivíduo ao local onde exerce as suas funções.

Força de ligação com o local onde exerce as suas funções	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Forte	56	60.9
Pouco forte	20	21.7
Muito forte	13	14.1
Nada forte	3	3.3
Total	92	100

De acordo com os fundamentos para presença/ausência de ligação ao local onde exerce as suas funções, 26.1% dos participantes que responderam ter uma ligação “muito forte” ou “forte” na questão anterior, mencionaram que tal se deve a uma “Autopercepção da importância do seu papel”, sugerindo uma consciência de que os Militares têm realmente um papel muito relevante na segurança das populações, pelo que entendem a sua ligação à comunidade como importante. Já 16.3% dos inquiridos referiu que a sua ligação estaria muito associada ao facto de, havendo “Coincidência com área de residência”, se estabelecer um maior sentimento de pertença/ligação. No

que se refere aos indivíduos que responderam “pouco forte” ou “nada forte” anteriormente, 9.7% ressaltaram não terem pontes de ligação com a área que exercem as suas funções e é de salientar que 4.3% dos indivíduos fundamentaram a sua resposta devido a exercerem funções interiores de posto.

Tabela 28

Fundamentos para presença/ausência de ligação ao local onde exerce as suas funções.

MUITO FORTE ou FORTE – ligação ao local onde trabalha			
Categoria de resposta (SIM)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Autopercepção da importância do seu papel	24	26.1	“A responsabilidade e profissionalismo implica que assim seja”
Coincidência com área de residência	15	16.3	“Zona de residência”; “Nasci, cresci e resido nesta localidade”
Boas relações/condições na área de trabalho	13	14.1	“Boa relação com a comunidade”
Não sabe/Não responde	7	6.5	---
Tempo de serviço no local	7	7.6	“Muitos anos de serviço nesta zona”
Resposta descontextualizada	2	3.3	“Forte”
Resposta contraditória	1	1.1	“A área ... é muito vasta ... difícil a criação de ligações”
Total Parcial	69	75	
POUCO FORTE ou NADA FORTE – ligação ao local onde trabalha			
Categoria de resposta (NÃO)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Sem pontes de ligação	9	9.7	“Não tenho raízes no meu local de trabalho”
Funções de trabalho	4	4.3	“Apenas faço serviço interno”
Indisponibilidade do cidadão	3	3.3	“As pessoas ... não estão predispostas a ajudar ...”
Resposta descontextualizada	3	3.3	“Pouco forte”
Área vasta	2	2.2	“A área é muito vasta”
Aguarda mudança de posto	1	1.1	“... altura de mudar de posto”
Não sabe/Não responde	1	1.1	---
Total Parcial	23	25	
Total	92	100	

Apresentados que foram os resultados obtidos, importa agora colocá-los em discussão com o que teoricamente foi explorado a respeito do tema.

2.3. Discussão

Apresentados os resultados, é chegado o momento de, a partir dos mesmos, confrontar o que neles se encontrou com os estudos explorados e apresentados no enquadramento teórico desta investigação.

Na análise dos dados sociodemográficos verificou-se que dos 92 Militares da GNR que integraram a amostra, a maioria identificou-se como sendo do sexo masculino (77.2%), em comparação com o sexo feminino (22.8%) e apresentavam um intervalo de idades entre os 25 e 54 anos, demonstrando porém, uma maior frequência (81.5%) entre os 35 e 49 anos. Este resultado revela-se muito semelhante à maioria dos que foram sendo apresentados nos estudos que integraram o enquadramento teórico deste trabalho (e.g., Krope & Lobnikar, 2015). No entanto, acaba por divergir apenas relativamente ao estudo de Oliveira et al. (2014), em que, na sua amostra, a maioria dos participantes se identificou como sendo do sexo feminino, numa faixa etária entre os 40 e 59 anos. A presença desta divergência, provavelmente, terá ficado a dever-se ao facto de a maior parte dos participantes da análise referida executar funções administrativas.

No que diz respeito à percepção de in/segurança e da criminalidade por parte dos Militares da GNR na área onde exerciam funções, mais de 66% considerou a sua área de trabalho como sendo segura, justificando essa afirmação com a sua percepção dessa zona como sendo calma com baixa criminalidade (44.6%). Estes resultados, relativamente a algumas outras análises, acabam por divergir. Designadamente, o estudo de Oliveira et al. (2014), desenvolvido no Brasil, apontou para uma percepção de insegurança entre as suas forças policiais. Evidentemente, esta discrepância dever-se-á, provavelmente, às diferenças de índices de crime nos dois países – Portugal e Brasil. Note-se que, entre os Militares inquiridos no nosso estudo, ainda assim houve mais de 33% de sujeitos a manifestar uma percepção de insegurança, o que parece ser bastante significativo.

Em relação à evolução da criminalidade, cerca de 58.7% percecionou que aquela tem aumentado, justificando essa percepção com a existência de um aumento de crimes reportados (43.5%). De facto, ao longo dos anos, tem-se verificado um aumento da criminalidade, tal como referem Silva & Bueno (2017) e esse aumento tem conduzido a que as instituições das Forças de Segurança tenham vindo a manifestar com veemência e até com alguma preocupação, a carência de recursos humanos (efetivos do corpo da GNR) e de materiais para um combate mais seguro e adequado a esta realidade.

Efetivamente, estudos há que apresentam resultados e conclusões no mesmo sentido, tais como as investigações de Kaminski et al. (2003), bem como o de Oliveira et al. (2014).

Ainda relativamente à percepção de in/segurança e da criminalidade, quanto à tipologia dos crimes identificados como os mais frequentes, houve um destaque para o crime de violência doméstica (81.5%). Em relação à percepção das incivildades mais frequentes, os Militares destacaram a violação das regras de trânsito (62%). No que diz respeito às condições percebidas como favorecedoras do crime foram identificadas com maior prevalência o consumo de drogas/álcool, a pobreza/desemprego e problemas familiares. Estes resultados, em referência a outros estudos, acabam por convergir. Designadamente, variáveis como a desvantagem concentrada, ou seja, zonas densamente povoadas onde existe mais violência, mais detenções, problemas económicos, privação de recursos e destruturação familiar, estão associadas à presença significativa de vitimação policial, tal como fundamentam as análises de Gibbs et al. (2017) e Kaminski et al. (2003).

Entrando agora na categoria principal desta investigação, a vitimação, podemos verificar que esta apresenta uma percentagem significativa (38%) de vítimas. Este número é tanto mais significativo, quando percebemos que até teria sido superior em termos percentuais no caso de termos excluído os Militares com funções administrativas/interior de posto. Estes resultados demonstram uma concordância com os obtidos por Dursun & Aytaç (2021), que apontam para a existência de uma prevalência de vitimação policial nestes profissionais durante o cumprimento das suas funções, estando estes sujeitos a confrontos violentos, acabando expostos ao risco e perigo.

De entre os que afirmaram ter sofrido algum tipo de vitimação nos últimos 5 anos, destaca-se que 30.4% eram do sexo masculino, sendo o crime com maior prevalência a ofensa à integridade física (62.9%), acabando por causar danos maioritariamente físicos (60%). Estas conclusões vão ao encontro da análise de Dursun & Aytaç (2021), em que a prevalência de vitimação também se apresentou com um percentil maior no sexo masculino, divergindo apenas no tipo de crime mais comumente apresentado.

A grande parte destas experiências de vitimação ocorreram durante o dia (68.6%) na rua (85.7%), estando o Militar acompanhado (94.7%) e sendo o ofensor um estranho (88.6%). Ora, é de destacar que, diferentemente, se apresentam as conclusões de Krope & Lobnikar (2015). Na análise referida também a maior parte das agressões ocorreram num local público, na estrada, na rua ou numa praça mas, opostamente ao retratado em cima, no estudo destes autores na maior parte dos ataques o profissional encontrava-se sozinho e em média um Militar pode ser agredido entre as onze da noite e as duas da manhã de um sábado, e não durante o dia tal como se constatou nos resultados obtidos.

Ao nível da participação comunitária, foi possível constatar que a maior parte dos Militares exercia funções na sua área há 10 ou mais anos (58.7%), indo ao encontro dos resultados obtidos no estudo de Dursun e Aytaç (2021). Em relação às sugestões dadas para melhorar a qualidade de vida na área onde exerciam as suas funções, o ponto com maior prevalência foi a necessidade de mais condições/meios de trabalho. Quanto às alterações mencionadas de forma a aumentar a segurança na área onde executavam as suas funções, foi também destacada a necessidade de mais condições/meios de trabalho. Estes resultados, relativamente a outras análises, acabam por convergir. Em análises como a de Willits (2014) e Kaminski et al. (2013), é também destacada a oferta deficitária de material de segurança, a falta de recursos e de condições de trabalho das instituições das Forças de Segurança. Desta forma, é possível verificar que existe uma relação bastante significativa entre a variável privação de recursos e as agressões contra os Profissionais das Forças de Segurança.

Quanto à disposição para acolher e beneficiar da cooperação do cidadão, a maioria dos Militares afirmaram estarem quase sempre (35.9%) dispostos a tal, desde que essa cooperação seja como fonte de informação. Na verdade, os inquiridos referiram que, mediante um policiamento de proximidade, teriam mais fácil acesso a essa informação proveniente dos cidadãos. Desta forma, uma maior presença das Forças de Segurança junto da comunidade através do policiamento de proximidade, poderá proporcionar uma familiarização entre os Militares e a população da área onde exerciam funções. Num raciocínio algo semelhante, também há autores (Willits, 2014) que referem que o cidadão poderá também ficar mais familiarizado com as Forças de Segurança, passando a estar mais aberto a partilhar informação útil com a autoridade.

Esta análise comparativa, de discussão dos resultados alcançados com os obtidos em estudos anteriores, conduz à posterior apresentação de algumas notas conclusivas.

2.4. Conclusão

Concluída a discussão dos resultados, e após uma análise reflexiva, é chegado o momento de se passar à conclusão. Nesta fase do trabalho, é necessário responder às questões centrais de investigação, bem como verificar se os objetivos previamente definidos foram alcançados.

Assim, e no que se refere aos objetivos, podemos apontar o geral, que remete para a busca de uma eventual prevalência de vitimação através da experiência e percepção vividas por Militares da GNR. Na verdade, este objetivo foi plenamente conseguido, na medida em que os resultados alcançados cobriram os fatores que permitem perceber qual foi essa prevalência. Recorde-se que, muito embora em quase 40% dos Militares, se verificou a vivência de situações de vitimação, o que nos leva a perceber qual a prevalência de tais ocorrências nesta amostra. Portanto, efetivamente, foi possível identificar a maioria das percepções, experiências e a prevalência de ocorrências de vitimação.

No que concerne aos objetivos específicos, estes foram de igual forma inteiramente conseguidos. Por meio dos resultados obtidos foi possível identificar a existência de um padrão de vitimação, captar a percepção dos inquiridos relativamente à relação entre a vitimação vivida e os níveis de insegurança e crime na área em que exerciam as suas funções, identificar a associação entre a vitimação vivida e as condições de ocorrência e por fim, apurar a associação entre a vitimação vivida e algumas características sociodemográficas dos inquiridos.

Relativamente às questões centrais de investigação, impõe-se também dar-lhes resposta. Assim, a primeira questão colocada, em que se indagava se haveria uma caracterização das situações de vitimação que permitisse traçar um possível padrão, podemos responder que foi detetada essa caracterização, com similaridades que permitiram traçar um padrão. Para o confirmar, repare-se nos resultados encontrados e muito similares nos diferentes relatos: ocorrências diurnas, local público (rua), a vítima encontrava-se acompanhada, o ofensor era alguém estranho.

No que diz respeito à segunda questão, em que se questionava se existiria uma convergência na percepção dos Militares em relação à insegurança e à criminalidade na área onde exerciam as suas funções, podemos responder que não foi apurada essa convergência, no entanto, os resultados obtidos podem apresentar uma ligação à ocorrência de vitimação. A maioria dos Militares mencionou a sua área de trabalho como sendo segura, demonstrando uma divergência no que se refere à criminalidade, relativamente à qual acabaram por referir um aumento. Pelo que se identifica aqui uma certa contradição. Desta forma, devido ao aumento da criminalidade, pode existir uma ligação, ainda que não direta nem causal, à ocorrência de vitimação policial especificamente nessas áreas. Ainda no que remete para contradição entre percepção de segurança e aumento de criminalidade, podemos inferir que nem sempre as pessoas percecionam in/segurança em função do aumento/redução do crime.

Quanto à terceira questão, em que se inquiria se era possível traçar um conjunto de condições que se pudessem associar à ocorrência de vitimação, podemos responder que foi detetado esse conjunto de condições. Através dos resultados apurados é possível confirmar que certas condições, como a exposição diária ao risco, o desrespeito generalizado pela autoridade, o sentimento de impunidade do cidadão e a carência a nível das condições de trabalho, possam estar associadas à ocorrência de vitimação policial.

No que se refere à quarta e última questão, em que se indagava se haveria alguma ligação entre a vivência de situações de vitimação e as características sociodemográficas de cada militar, podemos responder que, efetivamente, algumas dessas características não parecem dar resposta ao questionado. Veja-se o caso do sexo das vítimas de violência e/ou crime. Embora predominantemente do sexo masculino, nada podemos inferir porque a amostra também era composta predominantemente por elementos masculinos, em mais de $\frac{3}{4}$. Outras características proporcionaram uma resposta àquela questão. Nomeadamente, a idade foi notada uma maior prevalência de vitimação entre os 35 e os 44 anos. Em relação à escolaridade e à categoria profissional constatou-se que Militares com o ensino secundário e a exercer as funções correspondentes à categoria de Guarda declararam mais frequentemente ter sido vítimas. Podemos inferir, a partir destes resultados, que talvez as tarefas dos profissionais com essa categoria tenham alguma associação à sua maior vitimação.

Em jeito de sugestão para investigações futuras é necessária e urgente a criação de medidas que possam prevenir e acompanhar casos de vitimação policial. Deste modo, o que se deseja daqui para a frente é uma cuidada e profunda análise de cada fator que possa favorecer a ocorrência de vitimação policial e um desenvolvimento nos dados sobre o tema, analisando os seus impactos na saúde física e mental destes profissionais, com a finalidade da implementação de medidas de forma a prevenir e atenuar os riscos desta tão nobre profissão. Por outro lado, seria importante que as diferentes forças de controle social formal estivessem atentas aos registos de vitimação dos seus efetivos, procurando análises que lhes permitam rever e implementar estratégias preventivas a adotar pelos Agentes e/ou Militares. Acrescente-se que, após essas análises avaliativas, importaria também passar a uma etapa de *empowerment* daqueles que diariamente procuram manter a ordem nas ruas.

Com base nestas implicações acabadas de apontar, procura-se que este estudo, tenha impacto no desenvolvimento de outras análises e, também, proporcione novos pensamentos a nível da investigação, avaliação e intervenção relativa à saúde mental em contexto policial e à prevenção da vitimação dos mesmos, sendo fundamental investir neste domínio.

Referências

- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3ª ed.; L. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1977).
- Bernardino, R. C. & Bernardino, A. V. S. (2018). Fatores estressores que influenciam na qualidade de vida, gerando danos à saúde do policial military. *Revsita Mosaico*, 09(2), 02-09. <https://doi.org/10.21727/rm.v9i2.1304>
- Constituição Portuguesa, 10 de abril de 1976. Diário da República, série I – N.º 86. (1976). <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775>
- Código de Trabalho, 12 de fevereiro de 2009. Diário da República, série I – N.º 30. (2009). <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2009-34546475>
- Douglas, S. (2020). The Effects of Body-Cameras on Violent Police Victimization. *Policing*, 1-18. <https://doi.org/10.1093/police/paaa032>
- Dursun, K. & Aytaç, S. (2021). Workplace Violence Against Police Officers and The Effects of Workplace Violence on Mental Health. *Pakistan Journal of Medical & Health Sciences*, 15(12), 3491-3493. <http://dx.doi.org/10.53350/pjmhs2115123491>
- Gibbs, J. C., Lee, J., Moloney, J. & Olson, S. (2018). Exploring the neighbourhood contexto of serious assaults on police. *Policing and Society*, 28(8), 898-914. <https://doi.org/10.1080/10439463.2017.1333120>
- Ellrich, K. & Baier, D. (2016). Police Officers as Victims of Violence: Findings of a Germany-wide Survey. *Nomos-elibray*, 139-162 <https://doi.org/10.5771/9783845273679-139>
- Kaminski, R. J., Jefferis, E. & Gu, J. (2003). Community Correlates of Serious Assaults on Police. *Police Quarterly*, 6(2), 119-149. <http://dx.doi.org/10.1177/1098611103006002001>
- Krope, S. F. & Ilić, V. (2020). Assaults on Police Officers in Slovenia Between 2007 and 2017. *Journal of Criminal Justice and Security*, 2(2), 237-258.
- Krope, S. F. & Lobnikar, B. (2015). Assaults on Police Officers in Slovenia – The Profile

- of Perpetrator and assaulted Police Officers. *Revija za kriminalistiko in kriminologijo*, 4(4), 300-306.
- Kyriacou, D. N., Monkkonen, E. H., Peek-Asa, C., Lucke, R. E., Labbett, S., Pearlman, K. S. & Hutson, H. R. (2015). Police Deaths in New York and London During the Twentieth Century. *Injury Prevention*, 12(21), 219-224. <https://doi.org/10.1136/ip.2005.010827>
- Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro. Diário da República, série I – N.º 213. (2007). <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/2007-107794647>
- Marty, O. L. (2022). Os fatores de influência no risco do policial militar ser vítima de crimes em decorrência da sua função. *Brazilian Applied Science Review*, 6(2), 1148-1170. <https://doi.org/10.34115/basrv6n3-026>
- Mello, C. M. A. & Nummer, F. V. (2014). Policial militar: uma profissão de risco. *Trabalho da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*.
- Minayo, M. C. S. & Adorno, S. (2013). Risco e (in) segurança na missão policial [Risk and (in) security in the police mission]. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(13), 585-593. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300002>
- Minayo, M. C. S., Souza, E. R., & Constantino, P. (2007). Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Cad. Saúde Pública*, 23(11), 2767-2779. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001100024>
- Monteiro, V. F., Silva, S. S. C., Ramos, E. M. L. S. & Nascimento, R. G. (2020). Caracterização dos policiais feridos por arma de fogo. *Research, Society and Development*, 9(9). <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7218>
- Oliveira, G. M., Araújo, T. M. & Carvalho, F. M. (2014). Insegurança e violência no trabalho dos delegados de polícia civil de Salvador, Brasil. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 2(1), 14-23. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v3i1.372>
- Page, M. J., Moher, D., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... McKenzie, J. E. Prisma 2020 explanation and elaboration: Updated guidance and exemplars for reporting systematic reviews. *BMJ*, 371, (160). <https://doi.org/10.1136/bmj.n160>

- Page, M. J., McKenzie J. E., Bossuyt, P. M., Boutron I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... Moher, D. (2021). A declaração PRISMA 2020: Uma diretriz atualizada para relatórios sistemáticos avaliações. *BMJ*, 372(71). <http://dx.doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Pang, M. & Pavlou, P. A. (2019). On information technology and the safety of police officers. *Decision Support Systems*, 127. <https://doi.org/10.1016/j.dss.2019.113143>
- Raigoso-Mayorga, J. A. (2016). Factores de riesgo psicossocial en oficiales de la policía. *Revista de Educación y Desarrollo*, 36.
- Reidy, M., & Mercier, L. (2003). A triangulação. In M-F. Fortin, O processo de investigação da concepção à realização. *Lusociência*, 20, 321-328.
- Sani, A. & Nunes, L. M. (2013). *Crime e vitimação: polícia e análise de comunidades urbanas*. Edições Universidade Fernando Pessoa. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.609>
- Saraiva, M., Neves, A. V., Diniz, M., Jota, L. & Ribeiro, P. (2018). A prevenção criminal através do espaço construído (CPTED) em Portugal: Revisão da literatura e redes de conhecimento. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (52), 72-93.
- Sierra-Arévalo, M. & Nix, J. (2020). Gun Victimization in the Line of Duty. *Criminology & Public Police*, 19(19), 1041-1066. <https://doi.org/10.1111/1745-9133.12507>
- Silva, J. B. & Almeida, A. J. S. (2022). Vitimação Policial: Diagnósticos e Perspectivas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 16(2), 240-263.
- Silva, J. B. & Júnior, A. L. S. (2021). Vitimação policial militar no Rio Grande do Norte. *Vigilantis Semper – Revista Científica de Segurança Pública (RCSP)*, 1(1) 77-86.
- Silva, M. A. & Bueno, H. P. V. (2018). O suicídio entre policiais militares na polícia militar do Paraná: esforços para prevenção. *Revista de Ciências Policiais APMG*, 1(1), 5-23.
- Simmler, M., Stempkowski, M. & Markwakder, N. (2021). Punitive attitudes and victimization among police officers in Switzerland: an empirical exploration. *Police Practice and Research*, 22(2), 1191-1208.

- Soares, A. M. C. (2014). Dialética da Violência: Civilidade e Incivilidade. *Prelúdios*, 3(3), 11-35. <https://doi.org/10.9771/revpre.v3i3.14209>
- Souza, E. R. & Minayo, M. C. S. (2005). Policial, riscos como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 917-928. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000400015>
- Souza, K. L. N. (2017). Os riscos da atividade policial. *Revista CEJ. Brasília*, (73), 63-66.
- Wickramasinghe, N. D., Wijesinghe, P. R., Dharmaratne, S. D. & Agampodi, S. B. (2016). The prevalence and associated factors of depression in policing: a cross sectional study in Sri Lanka. *SpringerPlus*, 5(1776). <https://doi.org/10.1186/s40064-016-3474-9>
- Willts, D. W. (2014). The organisational structure of police departments and assaults on police officers. *International Journal of Police Science and Management*, 16(2), 140-154. <https://doi.org/10.1350/ijps.2014.16.2.334>
- Zavala, E. (2020). When the cop is the victim: a test of target congruence theory on intimate partner violence victimization experienced by police officers. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(17-18), 3622–3642. <https://doi.org/10.1177/0886260517709801>
- Zouain, D. M., Neto, V. R. & Zamith, J. L. C. (2006). Policiamento comunitário: Fator estratégico para implantação de política pública de segurança. *Alcance – Univali*, 13(3), 373-388.

ANEXOS

Anexo A

Autorização da Guarda Nacional Republicana.

De: **GNR_CDF** <cdf@gnr.pt>
Date: quinta, 2/02/2023 à(s) 15:04
Subject: Deferimento para realização de estudo no âmbito do Mestrado em Psicologia da Justiça
To: opvc@ufp.edu.pt <opvc@ufp.edu.pt>
Cc: Francisco Jose Castro Martins <martins.fjc@gnr.pt>

S/ Referência	Processo	Data	N/ Referência	Processo	Data
---	---	---	S013581/2023/CDF/GAB	080.30.04	02/02/2023

Exma. Sra. **Laura Nunes**,

Relativamente ao assunto em epígrafe, encarrega-me o Exmo. Comandante do Comando da Doutrina e Formação, Major-General Jorge Manuel Ribeiro Goulão, de informar que a sua solicitação para realização de um estudo de investigação no âmbito do Mestrado em Psicologia da Justiça, **foi deferida**.

Para o efeito foi nomeado como supervisor institucional o major Francisco Martins, do Comando Territorial da Guarda Nacional Republica do Porto, o qual deve ser contactado para reunião de coordenação através do endereço eletrónico: martins.fjc@gnr.pt

Após a conclusão do trabalho, deverá remeter uma cópia em suporte digital (não editável) da versão final do estudo de investigação.

Apresento os meus melhores cumprimentos e coloco-me desde já ao dispor para qualquer esclarecimento adicional.

Pedro Miguel Pinto Reis

Tenente-Coronel



Anexo B

Parecer da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa.



Universidade Fernando Pessoa

Doi cumprimento às instituições

Exmo. Senhor
Prof. Doutor Pedro Reis
Diretor da FCBS

PR
01.03.2023

Nº	Data
FCHS/PI - 384/23	28 de Fevereiro de 2023

Exmo. Senhor Professor Doutor,

A Comissão de Ética apreciou o projeto de investigação apresentado pelas Professoras Doutoradas Laura Nunes e Ana Sani, intitulado "Vitimação Policial – Experiências e Perceção de Militares da Guarda Nacional Republicana".

O estudo inicia-se por uma primeira pesquisa exploratória, a começar no comando territorial do Porto da Guarda Nacional Republicana (GNR) para, posteriormente, e por sugestão da própria instituição de polícia, se passar ao levantamento dos dados que permitam conhecer o fenómeno a nível nacional (duração total prevista de 30 meses).

A Comissão de Ética considera o estudo pertinente e bem estruturado.

Deste modo, a Comissão de Ética nada tem a opor quanto à sua realização.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da
Comissão de Ética da UFP

Inês Lopes Cardoso
Inês Lopes Cardoso

Anexo C

Diagnóstico Local de Segurança (DLS).

Secção 1 de 10

Vitimação Policial - Experiências e Percepção de Militares da Guarda Nacional Republicana

Descrição do formulário

ASSENTIMENTO INFORMADO

O Questionário ao qual vai responder visa recolher informação para a realização de um estudo sobre a percepção de segurança/insegurança e a criminalidade na área em que desenvolve a sua atividade profissional, enquanto Agente de Autoridade, bem como sobre a eventual experiência de vitimação, no exercício da sua profissão. A sua participação será realizada de forma anónima e confidencial, tendo como destino, única e exclusivamente, a realização do estudo cujos resultados ajudarão compreender a percepção dos Militares da Guarda Nacional Republicana e a sua eventual vivência de situações de vitimação.

A sua participação será sempre e apenas com o seu assentimento, mediante a informação prestada sobre o estudo. Este último serve o firme propósito de identificar as situações que mais frequentemente possam vitimar os agentes que garantem segurança e apoio às populações.

O Questionário apresenta-se em 4 partes, demorando, aproximadamente, entre 10 a 20 minutos a preencher.

Mediante esta informação, se pretende prosseguir e responder ao questionário, por favor, seleccione a aceitação em participar.

Secção 2 de 10

Parte A: Dados Sociodemográficos ✕ ⋮

Descrição (opcional)

a1 - Sexo: *

Masculino

Feminino

a2 - Idade: *

Texto de resposta curta

a3 - Estado Civil: *

Solteiro(a)

Casado(a) / União de Facto

Divorciado(a) / Separado(a)

Viúvo(a)

Outra opção...

a4 - Escolaridade: *

- Primária (entre 1º e 4º anos)
- Preparatória (entre 5º e 6º anos)
- Unificado (entre 7º e 9º anos)
- Secundária (entre 10º e 12º anos)
- Superior
- Outra opção...

a5 - Categoria Profissional: *

- Guarda
- Sargento
- Oficial

Secção 3 de 10

Parte B: Perceção de Segurança/Insegurança

B *I* U  

Descrição (opcional)

b1 - Diga se considera segura a área onde exerce funções: *

- Sim
- Não
- Não sabe / Não responde

b1.1 - Explique a resposta: *

Texto de resposta longa

b2 - Diga se considera que a criminalidade tem aumentado, na área onde exerce funções: *

- Sim
- Não
- Não sabe / Não responde

b2.1 - Explique a resposta: *

Texto de resposta longa

⋮

b3 - Da lista seguinte, assinale os crimes que mais frequentemente ocorrem na área em que exerce funções (escolha uma ou mais opções): *

- Burla
- Furto (ex: automóvel)
- Roubo (ex: esticão)
- Assalto a residência
- Assalto a estabelecimento comercial
- Ofensa sexual
- Agressão física
- Violência doméstica: contra / entre menores
- Violência doméstica: contra / entre namorados / cônjuge
- Violência doméstica: contra idosos
- Danos a espaços / equipamentos públicos
- Crimes rodoviários
- Tráfico de drogas
- Tráfico de armas
- Desconhece / Nenhum
- Outra opção...

b4 - Da lista seguinte, assinale as condições que mais lhe parecem favorecer a * ocorrência de crime, na área em que exerce funções (escolha uma ou mais opções):

- Consumo de drogas/álcool
- Pobreza/Desemprego
- Problemas familiares
- Conflitos e delinquência juvenil
- Má iluminação pública
- Maus acessos/arruamentos
- Ausência de espaços verdes/de lazer
- Presença de pessoas estranhas
- Reduzido movimento durante a noite
- Policiamento deficitário
- Incapacidade de atuação dos agentes de autoridade
- Pouca severidade para com os ofensores
- Desconhece/Nenhum
- Outra opção...

b5 - Da lista seguinte, assinale as incivildades que mais frequentemente se verificam na área em que exerce funções (escolha uma ou mais opções): *

- Urinar na via pública
- Produzir ruído na via pública
- Deixar as fezes de animais de companhia na via pública
- Dispersar lixo pela rua
- Violar regras de trânsito
- Estacionar de forma caótica
- Peditórios ilegais
- Desconhece/Nenhum
- Outra opção...

Após a secção 4 Continuar para a secção seguinte

Secção 5 de 11

Parte C: Vitimação

Descrição (opcional)

c1 - Diga se nos últimos 5 anos foi vítima de crime, durante o exercício das suas funções: (se foi vítima de mais de 1 crime, refira-se ao mais grave) *

- Não
- Sim

Secção 6 de 11

Parte C: Vitimação



Descrição (opcional)

c2 - Refira que crime foi esse: *

Texto de resposta curta

c3 - Descreva os danos sofridos (físicos / psicológicos / materiais): *

Texto de resposta longa

c4 - Relativamente ao crime que acaba de descrever, responda às questões seguintes: Em que altura ocorreu: *

- De dia
- De noite
- Não sabe

c5 - Onde se deu a ocorrência: *

- Em Casa
- Na Rua
- Outra opção...

c6 - Nessa altura encontrava-se: *

- Sozinho
- Acompanhado
- Não sabe

c7 - O ofensor era alguém: *

- Conhecido
- Estranho
- Não sabe

Após a secção 6 Continuar para a secção seguinte

Secção 7 de 11

Parte D: Participação Comunitária

Descrição (opcional)

d1 - Diga há quantos anos trabalha como agente nesta área urbana (escolha apenas uma opção de resposta): *

- 3 Anos ou menos
- 4 a 6 Anos
- 7 a 9 Anos
- 10 Anos ou mais

d2 - Refira, até um máximo de cinco sugestões, o que gostaria de ver melhorado, na área em que exerce funções, no sentido de que houvesse mais qualidade de vida (Apresente uma lista por ordem de importância, colocando em primeiro lugar a medida que lhe parece mais importante): *

Texto de resposta longa

d3 - Refira, até um máximo de cinco sugestões, o que gostaria de ver melhorado, na área em que exerce funções, no sentido de que houvesse mais segurança (Apresente uma lista por ordem de importância, colocando em primeiro lugar a medida que lhe parece mais importante): *

B *I* U  

Texto de resposta longa

d4 - Diga se estaria disposto a acolher e a beneficiar da colaboração da população, no sentido de que houvesse uma possível cooperação cidadão polícia na área em que exerce funções (escolha apenas uma opção de resposta): *

- Sempre
- Quase sempre
- Quase Nunca
- Nunca
- Não Sabe

Secção 8 de 11

Parte D: Participação Comunitária ✕ ⋮

Descrição (opcional)

d4.1 - Se respondeu sempre ou quase sempre, especifique de que forma: *

Texto de resposta longa

Após a secção 8 Ir para a secção 10 (Parte D: Participação Comunitária) ▼

Secção 9 de 11

Parte D: Participação Comunitária ✕ ⋮

Descrição (opcional)

d4.2 - Se respondeu quase nunca ou nunca, explique porquê: *

Texto de resposta longa

Secção 10 de 11

Parte D: Participação Comunitária



Descrição (opcional)

d5 - Classifique a força da sua ligação à área em que exerce funções (escolha * apenas uma opção de resposta):

- Muito forte
- Forte
- Pouco Forte
- Nada Forte

d5.1 - Explique a sua opção de resposta: *

Texto de resposta longa

Após a secção 10 Continuar para a secção seguinte

Secção 11 de 11

Obrigado pela participação.



Descrição (opcional)